BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE

RELATÓRIO & CONTAS 2020

Banco Internacional
de São Tomé e Príncipe

INÍCIO

01. PRINCIPAIS INDICADORES 3

02. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA 4

03. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS 7

- 3.1 Estrutura Acionista 7
- 3.2 Órgãos Sociais 7
- 3.3 Marcos da Atividade 8

04. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO 9

- 4.1 Contexto Internacional 9
- 4.2 Contexto Nacional 15

05. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP 23

- 5.1 Estratégia e Modelo de Negócio 23
- 5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição 26

06. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2018 28

- 6.1 Banca de Retalho: Particulares 28
- 6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições 32
- 6.3 Banca Eletrónica (Cartão Déb. e e-Banking) 36

07. PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO 38

08. RECURSOS HUMANOS 44

09. RESPONSABILIDADE SOCIAL 47

10. ANÁLISE FINANCEIRA 49

- 10.1 Componentes do Balanço 49
- 10.2 Componentes da Demonst. de Resultados 50

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS 52

12. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA 53

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 56

- 13.1 Balanço 56
- 13.2 Demonstração de Resultados 57
- 13.3 Demonstração de Alteração na Sit. Líquida 58
- 13.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa 59

14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 60

15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 92

01

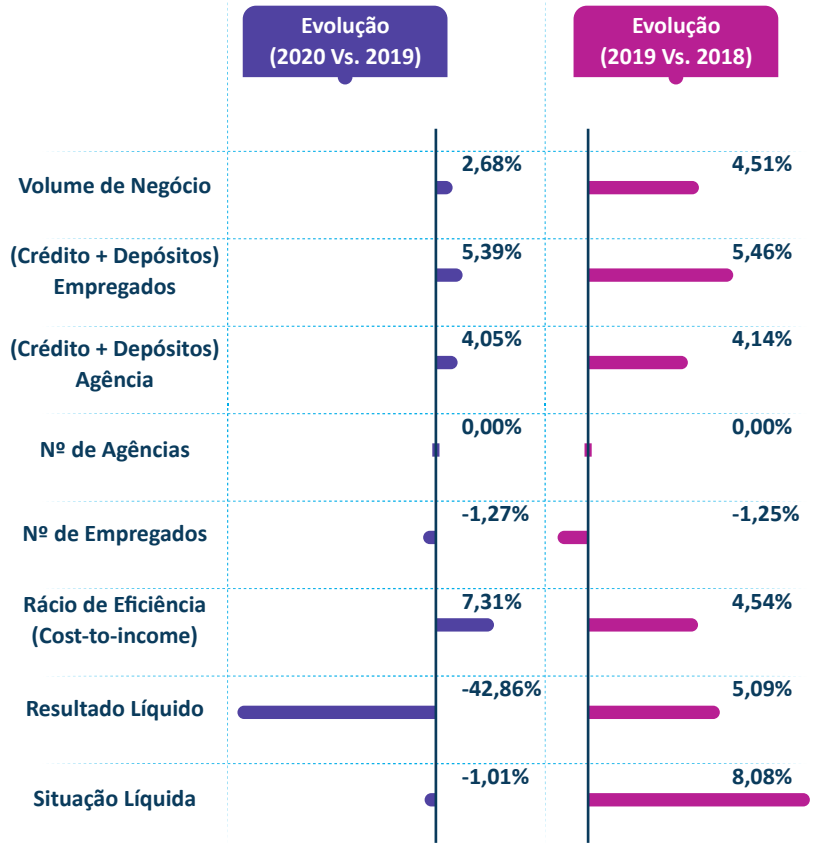
Alamanda-de-flor-grande

Principais Indicadores

1. PRINCIPAIS INDICADORES

VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2020	2019	2018	VARIAÇÃO HOMÓLOGA 2020 Vs. 2019	VARIAÇÃO HOMÓLOGA 2019 Vs. 2018
Volume de Negócio	3.453.772.192	3.363.543.031	3.218.240.117	2,68%	4,51%
Crédito a Clientes	1.008.594.461	1.067.092.976	1.040.731.597	-5,48%	2,53%
Recursos de Clientes	2.398.666.713	2.203.638.068	2.115.690.293	8,85%	4,16%
Crédito Documentário	17.067.487	8.953.956	17.649.818	90,61%	-49,27%
Garantias Bancárias Prestadas	29.443.531	83.858.031	44.168.409	-64,89%	89,86%
Balanço					
Ativo Líquido	2.944.383.490	2.807.720.172	2,614,009,703	4,87%	7,41%
Crédito Líquido	789.164.931	857.972.776	824.268.778	-8,02%	4,09%
Recursos de Clientes	2.398.666.713	2.203.638.068	2.115.690.293	8,85%	4,16%
Situação Líquida	425.772.926	430.121.053	397.959.205	-1,01%	8,08%
Resultados					
Margem Financeira	115.487.271	135.738.149	131.395.144	-14,92%	3,31%
Margem Complementar	97.567.875	109.448.678	116.281.768	-10,86%	-5,88%
Produto Bancário	213.055.145	245.186.827	247.677.912	-13,10%	-1,01%
Resultado de Exploração	84.042.328	114.715.640	126.376.357	-26,74%	-9,23%
Resultado antes de Imposto	48.800.751	84.384.181	80.941.406	-42,17%	4,25%
Resultado Líquido	35.610.772	62.325.287	59.304.358	-42,86%	5,09%
Rácios					
ROE	8,36%	14,38%	14,90%	-6,13% p.p	-0,52% p.p
ROA	1,21%	2,22%	2,27%	-1,01%p.p	-0,05% p.p
Margem Financeira / Ativo	3,92%	4,83%	5,03%	-0,91%p.p	-0,20% p.p
Margem Complementar / Produto Bancário	45,79%	44,64%	46,95%	-1,16%p.p	-2,31% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	70,79%	63,48%	58,93%	+7,31%p.p	4,54% p.p
Capitais Próprios / Ativo	14,46%	15,42%	15,22%	-0,86%p.p	0,20% p.p
Rácio de Transformação	32,93%	38,93%	38,96%	-6,00%p.p	-0,03% p.p
Crédito Vencido / Crédito a Clientes	25,40%	21,04%	23,60%	+4,36%p.p	-2,56% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Créd. Vencido	85,65%	96,42%	88,13%	-10,77%p.p	8,30% p.p
Solvabilidade	28,51%	26,38%	25,18%	2,13%p.p	1,20% p.p
Liquidez	58,33%	45,65%	66,34%	+12,68%p.p	-7,38% p.p
Nº de Empregados	156	158	160	-1,27%	-1,25%
Nº de Agências	12	12	12	0,00%	0,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	265.471.536	255.134.237	244.996.589	4,05%	4,14%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	20.420.887	19.377.284	18.374.744	5,39%	5,46%

EVOLUÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES



02

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Helicornia de São Tomé e Príncipe

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2020 ficou impactado negativamente pela pandemia do COVID-19, que forçou os países a tomarem medidas sanitárias e económicas excepcionais, levando a uma alteração significativa da atividade social e económica. As restrições em termos de mobilidade das pessoas, o encerramento de muitos negócios foram algumas das medidas fortes tomadas para conter o nível de avanço da pandemia, mas que tiveram como efeito colateral uma importante redução da atividade económica em geral.

No caso específico do mercado santomense, onde o turismo começou a se posicionar como um dos principais setores de atividade nacional, a pandemia do COVID-19, levou à paralisação de todas as unidades hoteleiras, o que representou um duro golpe para a dinâmica da economia nacional.

As autoridades nacionais, visando encontrar soluções para minimizar o impacto económico negativo que esta crise de origem sanitária estava a gerar, adotou algumas medidas de apoio social e económicas, sendo que algumas delas de cariz económico afetaram negativamente o setor bancário, como o caso da Norma 07/2020 (NAP 07/2020) emanada pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe. Com a entrada em vigor da referida norma em Maio de 2020, os bancos estiveram obrigados a conceder moratórias, sem capitalização de juros, a todos os clientes que preenchiam os requisitos descritos na referida norma. Esta norma também estipulava a redução ao custo de compra das comissões sobre venda de cheques, cartão de débito, bem como, a redução em 50% das comissões associadas ao crédito.

Assim, em 2020, para além de estarem afetadas pela redução da atividade económica, as receitas dos bancos foram, também, diretamente impactadas, de forma negativa, por esta norma.

O ano de 2020 também ficou marcado pela intervenção do BCSTP no Energy Bank, evidenciando, de certo modo, aumento de dificuldade que as instituições financeiras têm para manterem-se sólidas e rentáveis neste mercado.

Desde logo, os desafios para a gestão neste ano foram enormes, por um lado havia a urgência no rápido ajustamento do modelo operacional de forma a garantir a segurança sanitária dos colaboradores e dos clientes, e, por outro lado, encontrar formas de minimizar os impactos negativos decorrentes da pandemia e das medidas sociais e económicas tomadas, visando assegurar níveis de solvabilidade, rentabilidade e liquidez adequadas.

O Banco, com o objetivo de assegurar a continuidade de negócios neste contexto, centrou as suas ações na busca de soluções para garantir a prestação regular do serviço aos clientes.

Para o efeito, foi criado um comité responsável pela elaboração do plano de contingência e pelo adequado ajustamento do mesmo à evolução da situação. Estando a continuidade de negócio intrinsecamente associada às pessoas que o executam, o foco do plano de contingência visava: munir os colaboradores de informações e instrumentos necessários para se protegerem e protegerem os seus; criar um ambiente sanitário seguro no interior das instalações; minimizar o risco de contágio em massa reduzindo o número de pessoal nas instalações; assegurar a realização de teletrabalho observando as medidas de segurança informática necessárias.

No que diz respeito aos clientes, o Banco não só divulgou as informações sobre importantes cuidados a terem, criou um protocolo sanitário necessário para os clientes acederem às instalações, mas também, incentivou os clientes a usarem os canais eletrónicos como o meio mais rápido para acederem aos serviços do

banco, nesta conjuntura.

Para minimizar o impacto nos resultados do banco decorrente desta crise, o Banco pôde contar com o seu modelo de negócio que, sustentado por uma base alargada de clientes, quer particulares quer empresas, conseguiu mostrar a sua capacidade de resiliência, permitindo que os indicadores do desempenho do banco mantivessem uma assinalável estabilidade.

Assim, o rácio solvabilidade do Banco registou um crescimento, em 2,13p.p, fixando-se em 28,51%, muito acima do mínimo regulamentar que é de 12%. O rácio de liquidez também reforçou-se em 12,68p.p, fixando-se num nível bastante confortável (58,33%), sendo 2,9 vezes acima do mínimo regulamentar, que é de 20%. O resultado líquido deste ano, apesar de ter registado uma contração na ordem de 42,68, face a 2019, ainda assim, foi positivo, e o rácio de rendibilidade dado pelo ROE foi de 8,36%, contra um rácio do mercado que tem sido historicamente negativo.

O ativo do banco cresceu na ordem de 4,87%, assim como os depósitos de clientes que cresceram em 8,85%, evidenciando o reforço da confiança dos clientes na marca BISTP, e em tudo quanto vem realizando neste mercado ao longo da sua existência.

Os créditos, em resultado da conjuntura, conhecerem uma contração, sendo que a mesma se deveu mais à redução do crédito no segmento de empresas e instituições, ao passo que o crédito aos particulares conheceu uma ligeira redução de -0,2%, evidenciando a grande estabilidade deste segmento.

Apesar do resultado em 2020, não ter superado o de 2019, muito justificado pela difícil conjuntura que marcou este exercício económico de 2020, é de enaltecer uma vez mais o contributo sem igual de todos os colaboradores do banco que têm permitido ao Banco, mesmo em condições adversas, manter um desempenho positivo.

Perspetivas e compromissos para 2021

O ano de 2021, certamente, irá ficar também muito marcado pela pandemia de COVID-19, à imagem de 2020, apesar do início da vacinação.

Dispondo de uma estrutura económica muito pouco diversificada, com baixo nível de arrecadação de receitas fiscais, com fornecimento irregular de energia e de fonte economicamente insustentável, desequilíbrio da balança de pagamentos e escassez de divisas, o País poderá ter ainda mais dificuldades em 2021, em relação a 2020, caso não haja uma importante intervenção dos parceiros no provimento de recursos financeiros indispensáveis à manutenção da atividade económica do país, em particular neste contexto.

Para o setor bancário, na sua desejada missão de apoiar a economia e promover o desenvolvimento económico e social, as prioridades continuam a ser a melhoria da qualidade dos serviços financeiros, a diversificação dos produtos e serviços, a obtenção de níveis razoáveis de rendibilidade, solvência e de riscos, de forma a melhorar a resiliência aos choques internos e externos.

Com o prolongamento da moratória, apesar desta vez ser menos global em termos de entidades elegíveis para beneficiar da mesma, os bancos viram as suas receitas serem uma vez mais diminuídas, agravando assim a já frágil situação de rendibilidade do setor bancário.

Contudo, não obstante maiores dificuldades esperadas para o ano de 2021, decorrentes dos efeitos da pandemia do COVID-19 e dos problemas estruturais

da economia de S. Tomé e Príncipe, o BISTP renova o seu compromisso de continuar a contribuir para o crescimento social e económico do País.

A gestão do Banco continuará a manter o atual modelo de governo, com foco nos princípios e nos valores que norteiam o BISTP, apostando na "Excelência" e desenvolvimento da sua atividade e no dinamismo comercial como estratégia para melhor servir os seus Clientes, mantendo uma prudente cultura de risco que conduza ao seu efetivo criterioso controlo, e, racionalização para um eficaz controlo dos custos, para assim atingir os objetivos de crescimento, rendibilidade, solidez e liquidez.

Assim, para 2021 manteremos o nosso foco na garantia da segurança dos nossos Colaboradores e dos nossos Clientes, ajustando o nosso Plano de Contingência, em função da evolução da situação da pandemia, e, na busca de aumento do volume de negócio, através das seguintes ações:

- Dinamizar o bom crédito a particulares e empresas;
- Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento;
- Aumentar a pró-atividade e dinamização comercial de modo a alcançar objetivos fixados por unidade de negócio;
- Aumentar o número de clientes, nomeadamente através da obtenção de uma maior taxa de bancarização da população;
- Continuar a intensificação no reforço da segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos;
- Reforçar as áreas de controlo interno;
- Criar Valor e apresentar Resultados a cada trimestre.

Em nome da Administração terminamos deixando os nossos sinceros agradecimentos aos Clientes, Colaboradores, Acionistas, que são a razão da existência do BISTP, e, que em situações desafiantes e adversas, têm contribuído para que o Banco siga cumprindo a missão para a qual foi criado, que é a geração de valor para todos os seus stakeholders.

Por isso é que do nosso lado faremos o nosso melhor para que o BISTP, "**desde sempre - para sempre**", continue merecendo a confiança dos Clientes, dispondo de uma sólida situação financeira e permitindo que os nossos Colaboradores possam realizar os seus sonhos profissionais.

Protejam-se e bem hajam.

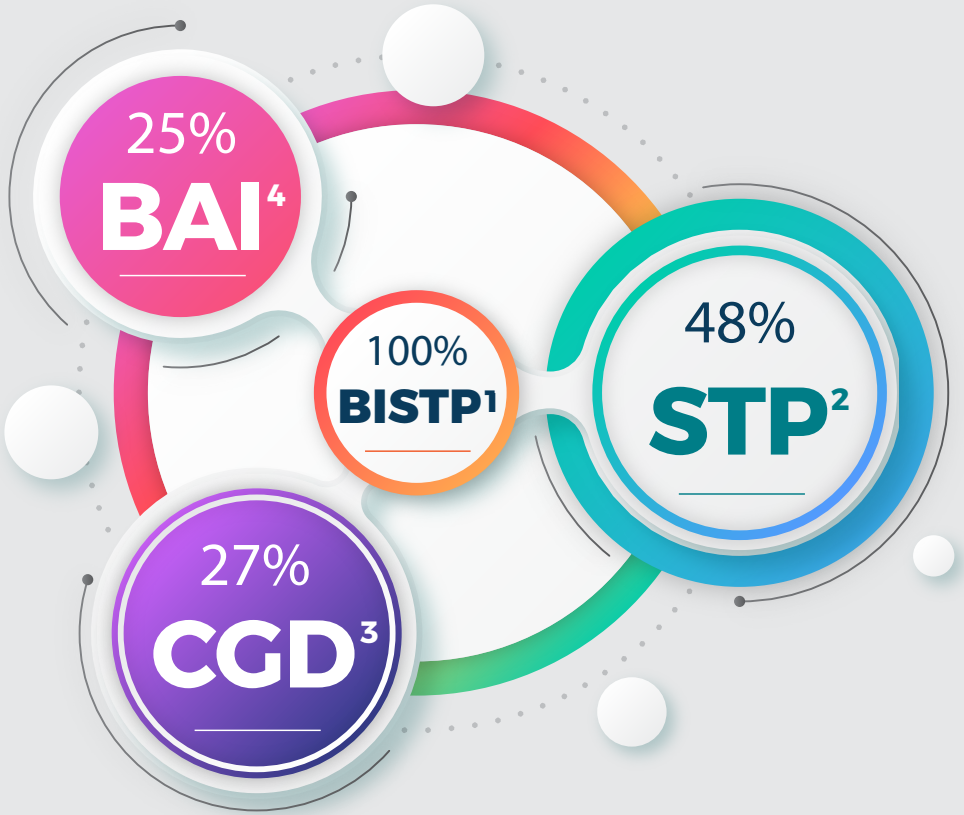
03

Macambrará (Endémica)

Principais Referências

3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

3.1 Estrutura Acionista



LEGENDA:

1 - Banco Internacional de São Tomé e Príncipe
2 - Estado de São Tomé e Príncipe
3 - Caixa Geral de Depósitos
4 - Banco Angolano de Investimentos

3.2 Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Soares - Presidente
Maria Tomé Ferreira Araújo - Secretária
Inokcelina dos Santos - Secretária

1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Lombá Fernandes - Presidente
Miguel Malheiro Reymão - Vogal
Diallo da Costa Pires dos Santos - Vogal
Lucamba Magalhães - Vogal
Francisco José dos Santos Silva - Vogal

2

COMISSÃO EXECUTIVA

Miguel Malheiro Reymão - Presidente
Diallo da Costa Pires dos Santos - Administrador Executivo
Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

3

CONSELHO FISCAL

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Vogal

4

3.3 Marcos da Atividade

01 Janeiro

Patrocínio à Federação de Canoagem e Surf de São Tomé e Príncipe, para preparação dos Jogos Olímpicos de Tóquio.

02 Fevereiro

Patrocínio ao Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, para a realização da "Marcha da Liberdade"a Fernão Dias, alusiva ao dia 3 de fevereiro, dia dos Mártires da Liberdade.

03 Março

27º aniversário do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe e distribuição de brindes aos Clientes. Os bolos em todas a agências foram abertos em simultâneo às 11horas.

Jantar alusivo ao 27º aniversário do BISTP para os Colaboradores.

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) emitiu, pela décima vez no mercado financeiro são-tomense, Bilhetes de Tesouro (BT), no montante de 327.000.000,00 dobras, com maturidade de um ano, uma taxa de 3% ao ano, em que o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000,00 dobras.

04 Abril

Patrocínio de 3 lavatórios ao Hospital Dr. Ayres de Menezes para o combate à Covid-19.

Patrocínio à Plataforma da Sociedade Civil, que contribuiu para a prevenção da pandemia da Covid-19 junto da população.

06 Junho

Entrega oficial ao Ministro da Saúde de dois ventiladores e outros equipamentos de saúde para o combate à Covid-19.

08 Agosto

Lançamento do livro "A Prova Testemunhal: a Razão Antropológica da sua força processual" do Superintendente Roldão Boa Morte.

11 Novembro

O BCSTP emite pela primeira vez, os Certificados de Depósito. O montante colocado foi de 100.000.000,00 dobras, com o prazo de reembolso de um mês.

12 Dezembro

Registo da marca BISTP KWA-NON (SENAPIQ_STP).

04

Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

Alpínia Purpurata (Vermelha)

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1 Contexto Internacional

Este foi ano em que o mundo entrou na pandemia da Covid-19 com desequilíbrios externos persistentes e pré-existentes. A crise causou uma forte queda do comércio e flutuações significativas nas taxas de câmbio. As perspetivas continuaram altamente incertas durante o ano inteiro, pois pairou sempre no horizonte risco de novas ondas de contágio, inversão de fluxos de capital e um novo declínio do comércio internacional.

Os efeitos económicos e as incertezas após a erupção da pandemia no início de 2020, geraram um rápido movimento de revisão de projeções para o desempenho da economia mundial. Tais previsões e estimativas foram feitas em um momento de incerteza elevadíssima e havia motivos para acreditar que o cenário poderia ser pior. Felizmente, as piores previsões não se confirmaram e na verdade, o desempenho do comércio mundial tem sido surpreendentemente favorável contrastando com a gravidade do cenário pandémico.

Naturalmente, parte dessa melhoria das projeções se deve às mudanças nos cenários para o PIB mundial. Os países mais desenvolvidos, promoveram pacotes de estímulo fiscal e de apoio à sustentação das empresas com valores sem precedentes, bem como a adoção de políticas monetárias extremamente expansionistas. Essas ações certamente ajudaram a evitar os cenários mais pessimistas e permitiram que grande parte dos países testemunhasse uma recuperação relativamente rápida da atividade económica após fortíssimas quedas observadas em março e abril. Segundo o FMI, o facto de muitos países conseguirem flexibilizar as medidas de distanciamento social com relativa rapidez também colaborou para a recuperação, permitindo que a instituição melhorasse um pouco a sua previsão para o crescimento mundial neste ano para -3,5%.

O comércio mundial tem vindo a ter um desempenho bem diferente do observado em outros momentos de recessão mundial e este ponto evidencia que a crise atual é diferente das anteriores especialmente pelo facto de ter afetado mais fortemente o setor dos serviços do que a indústria como nas outras recessões. A pandemia afetou mais diretamente as atividades que envolvem o contacto direto entre pessoas, como é o caso da maioria dos serviços, que são em grande parte não transacionáveis. Já a indústria e a agropecuária estão a conseguir recuperar-se mais rapidamente, pois é mais fácil manter essas atividades a funcionar dentro das regras de distanciamento social. No entanto, observou-se uma queda das importações em veículos rodoviários, petróleo e derivados, máquinas e equipamentos, produtos químicos, vestuário e acessórios. Entre os poucos produtos que registaram aumento de importações são quase todos produtos médicos e farmacêuticos, agrícolas e alimentares.

No entanto o FMI adverte que a crise está longe de terminar e diante da imensa incerteza a recuperação para 2021 é revista em baixo, visto que a recuperação provavelmente será longa, desigual e incerta e a perspetiva piorou consideravelmente em alguns países emergentes e em desenvolvimento, onde as infeções estão a aumentar rapidamente. O FMI estima que após a contração histórica de 2020, a esperada reativação em 2021, o nível do PIB mundial deverá ficar-se pelos 5,5%. A médio prazo as perspetivas serão pouco animadoras, pois o distanciamento social provavelmente persistirá até final de 2022, o que impede uma verdadeira recuperação. Além disso, não se pode excluir um cenário pior, com a intensificação das infeções combinada com a desaceleração dos avanços na busca por tratamentos e vacinas, obrigando as autoridades a tomarem medidas mais duras.

Zona Euro e EUA (Economias mais avançadas)

Zona Euro

A pandemia de coronavírus atingiu fortemente a economia mundial e europeia e teve repercussões económicas e sociais muito graves. A atividade económica europeia sofreu um duro golpe no primeiro semestre do ano, embora tenha registado um grande crescimento no terceiro trimestre com o levantamento gradual das medidas de confinamento.

O recrudescimento da pandemia nas últimas semanas, que resultou na introdução de novas medidas de saúde pública destinadas a limitar a propagação do vírus, criou, no entanto, novas perturbações. As previsões de crescimento estão sujeitas a um grau de risco e incerteza extremamente elevado em virtude da situação epidemiológica.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) nas suas previsões económicas para o ano de 2020, apontava para uma contração de 7,2% para a zona euro. A perda de postos de trabalho e o aumento do desemprego comprometeram gravemente os meios de subsistência de muitos europeus. As medidas políticas adotadas pelos Estados-membros, bem como as iniciativas da União Europeia (UE) contribuíram para atenuar o impacto da pandemia nos mercados de trabalho. Contudo, as previsões apontam para que a taxa de desemprego na zona euro aumente de 7,5% em 2019 para 8,3% para 2020.

Prevê-se uma subida significativa nos défices das administrações públicas em toda a União Europeia, com o aumento das despesas sociais e a diminuição das receitas fiscais, que resultam de medidas políticas excecionais destinadas a apoiar a economia e o efeito dos chamados “estabilizadores automáticos”.

Prevê-se que a economia da Alemanha encolha 5,4% em 2020, menos que o esperado, devido às medidas de resgate e estímulo para ajudar as empresas e consumidores a superarem a pandemia. Segundo a agência Reuters, durante o ano, o consumo privado caiu em 6%, enquanto o investimento empresarial em novos equipamentos também caiu em força. As exportações recuaram quase 10%, enquanto as importações caíram quase 8,6%. Os únicos pontos positivos vieram dos gastos do governo, que elevaram o consumo estatal em 3,4% e da construção, onde o investimento subiu 1,5%.

Em França, a segunda maior economia da zona euro teve uma recessão histórica em 2020, por causa da epidemia da Covid-19 e a paralisação de numerosas atividades económicas durante o ano. Mas a quebra foi menos forte do que o previsto, graças a uma resistência do último trimestre. Segundo uma estimativa do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Económicos (INSEE), o produto interno bruto, caiu 8,3% depois de um crescimento de 1,5% em 2019. No entanto é um pouco melhor que os -9% que o FMI e o Banco de França antecipavam, e muito menos que os -11% previstos pelo governo francês, considerada uma previsão prudente. Apesar de tudo, a França foi atingida por uma recessão nunca vista desde a Segunda Guerra Mundial. O consumo do agregado familiar sofreu uma baixa de 7,1%, a produção baixou -8,6%, o investimento teve uma quebra de 9,8%, enquanto as trocas comerciais foram perturbadas por uma baixa de -16,7% nas exportações e -11,6% nas importações. Diferentemente, em certos ramos da indústria e da construção civil, o comportamento foi mais ou menos positivo, o que vem mostrar também a eficácia das ajudas aplicadas pelo governo e que foi muito saudada pelo Ministro das Contas Publicas, Oliver Dussopt.

Segundo os dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (ISTAT), o PIB de Itália caiu 8,8% no ano de 2020. De acordo com o Banco Mundial, essa é a maior contração registada no país desde 1960, embora o

resultado seja um pouco melhor que a expectativa do governo e do FMI, que nas últimas previsões haviam projetado -9% e -9,2% respetivamente. Em novembro, o governo foi forçado a adotar regras mais rígidas, incluindo um lockdown em algumas regiões para conter a chamada "segunda onda" da pandemia, fazendo com que houvesse uma redução em todos os principais setores produtivos do país como a agricultura, a silvicultura, a pesca, a indústria e os serviços.

Em Portugal, como no resto do mundo, o confinamento e a paralisação, mesmo que parcial, da atividade económica, medidas necessárias à prevenção do contágio, teve impacto muito negativo para o PIB. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o produto interno bruto de Portugal sofreu em 2020 uma quebra de 7,6%. A quebra histórica do PIB não encontra precedentes e está relacionada com os efeitos da pandemia, que colocou o mundo em recessão profunda, em que o contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2020, verificando-se reduções intensas das exportações de bens e serviços, com destaque particular para a diminuição sem precedentes das exportações e turismo. No que diz respeito à procura interna, verificou-se um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após ter sido positivo em 2019, devido sobretudo à contração do consumo privado. No entanto o Ministério das Finanças realçou que apesar da queda acentuada do PIB, a evolução reflete uma melhoria face à previsão apresentada pelo Governo no Orçamento de Estado para 2021. A atividade económica teve um comportamento melhor do que anteriormente antecipado no segundo semestre do ano, com um crescimento de 5,1% face ao primeiro semestre.

A economia da zona euro também ficou menos forte com a saída efetiva do Reino Unido, após a conclusão Brexit no final de 2020. O acordo de comércio pós-Brexit livrou as empresas britânicas de taxas e quotas, mas a burocracia vai aumentar. Vários produtos passam a estar sujeitos a controlos fronteiriços, que pode significar custos adicionais assim como os receios de maior demora na travessia para França. As empresas britânicas também perdem o direito de atuar no mercado europeu sem que tenham uma filial num dos Estados-membros. Segundo o Gabinete de Estatísticas Britânico (ONS), o PIB registou uma queda histórica em -9,9% em 2020. No quarto trimestre o PIB avançou 1% face ao terceiro trimestre, mas recuou 7,8% face ao período homólogo. De acordo com o ONS, o resultado não foi pior porque alguns setores da economia recuperaram terreno quando aliviaram algumas restrições no país no âmbito do combate à pandemia, melhorando alguns serviços nos setores da restauração, vendas de automóveis e cabeleireiros, mas não foi o suficiente para o PIB chegar a um resultado positivo.

Estados Unidos da América

Os EUA foram duramente atingidos pela pandemia da Covid-19, o que fez com que vários estados alterassem as regras eleitorais permitindo uma maior votação antecipada, por correio ou presencial. E a crise sanitária aprofundou a polarização entre republicanos e democratas. Das eleições, a vitória foi para o lado democrata, com o Joe Biden a ser eleito o novo presidente dos EUA.

A crise económica, consequência da pandemia, corroeu os ganhos económicos que o país tinha construído na última década. Segundo o Departamento do Comércio norte-americano, o PIB dos EUA sofreu uma queda de -3,5%, muito embora tenha conseguido obter um crescimento de 4% no último trimestre. Este resultado foi o pior desde 1946, quando o país vivia a transição entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. O presidente da Reserva Federal dos EUA explicou que as medidas para conter a propagação da Covid -19 pesam sobre a atividade económica e mantêm os níveis de desemprego elevados. A taxa de poupança pessoal permaneceu elevada em 13,4% sendo

que o facto de as pessoas estarem a deixar o dinheiro nos bancos não é um bom sinal para a economia impulsionada pelos gastos do consumidor.

Emergentes

O impacto económico da pandemia da Covid-19 nas economias emergentes é muito mais profundo do que a crise mundial. Ao contrário das crises anteriores, a resposta tem sido decisiva como temos observado nas economias avançadas. No entanto, as políticas convencionais estão a chegar a um limite e as políticas ortodoxas não estão isentas de riscos. O abalo económico é ainda mais grave para estas economias por causa dos choques múltiplos que as atingiram. O declínio da demanda externa amplia os efeitos das medidas de contenção interna. Os países dependentes do turismo e os exportadores de petróleo foram particularmente atingidos devido ao declínio das viagens e ao colapso dos preços das commodities. Com o comércio mundial e os preços do petróleo a recuar, as economias de mercados emergentes têm uma dura batalha pela frente, mesmo tendo em conta a estabilização das saídas de capital e redução dos spreads soberanos em comparação às condições de mercado altamente voláteis que foram observadas em março. Sendo assim o FMI projetou uma retração de -2,4% para 2020, a maior queda já registada para este grupo de países. A título de comparação, embora o desempenho dessas economias tenha sido gravemente afetada pela crise financeira mundial, elas conseguiram registar um crescimento positivo de 2,6% em 2009.

Segundo o Gabinete de Estatística da China (BNS), o gigante asiático encerrou 2020 com um crescimento de 2,3% do seu PIB. Este é o menor índice em 44 anos. Ainda assim, a segunda maior economia mundial conseguiu um feito raro que foi crescer em ano marcado pela pandemia da Covid-19. O país conseguiu recuperar-se ao longo do ano, quando a situação sanitária melhorou e o país afrouxou as medidas de restrição. A indústria chinesa voltou a funcionar em abril, momento em que grande parte da capacidade de produção do mundo foi destruída. Com isso a China conseguiu produzir e exportar produtos como equipamentos médicos e máscaras faciais. O consumo doméstico ainda não se recuperou totalmente e a taxa oficial de desemprego manteve-se nos 5,2%, o mesmo nível registado no ano de 2019, período pré-pandemia. Apesar de tudo, este crescimento do PIB não deixa de ser surpreendente e a China continua a estar mais perto de superar os EUA e consolidar-se como principal economia global antes do que se esperava.

Na Índia, o governo indiano prevê que a economia do país encolha -7,7%, sendo a maior contração já registada em quase 70 anos. O PIB da Índia recuou -23,9% entre abril e junho, um dos piores desempenhos globais, devido ao confinamento decretado pelo governo no primeiro trimestre. Há dados de que, a economia vinha recuperando na segunda metade do ano e indicadores como vendas ao consumidor e atividade manufatureira mostram que há recuperação. No entanto, outros dados continuam instáveis como a taxa de desemprego que chegou aos 9,06% em dezembro, o maior nível em 6 meses.

No Brasil, segundo o Índice de Atividade Económica (IBC-Br), o PIB do país registou uma queda de -4,05%, muito embora o índice tenha observado um aumento de 0,64% em dezembro em relação a novembro, sendo o oitavo mês consecutivo de crescimento. Mas esse cenário não foi suficiente para recuperar das perdas registadas em março e abril, quando o IBC-Br teve quedas de -5,71% e -9,51%. Embora este resultado seja menor do que o esperado pelo governo, este é o maior recuo do PIB desde 1990, que na altura teve uma queda -4,35%. A produção da indústria brasileira registou um aumento, mas mesmo assim encerrou o ano com a maior queda em quatro anos, de -4,5%. As vendas no setor de comércio a retalho por sua vez contraíram em -1,2% e retornaram ao

nível pré-pandemia. O setor dos serviços continua a apresentar maiores dificuldades de recuperação. Altamente dependente do serviços e do turismo que têm maior peso no PIB, o setor recuou em dezembro e interrompeu seis meses de ganhos, terminando o ano de 2020 com a maior perda da série histórica e abaixo dos níveis pré-pandemia.

Na Rússia, Vladimir Putin, no seu habitual encontro anual na televisão informou que o desemprego aumentou 6,3% em outubro, quando chegou a segunda onda da epidemia; os produtos básicos ficaram mais caros como por exemplo o açúcar (+70%), óleo (+24%) e o macarrão (+10%), e o consumo está a cair, após meses de inflação e de pobreza alta. Esta situação convenceu as autoridades russas a rejeitarem um segundo confinamento, apostando no êxito futuro da sua vacina Sputnik V. No entanto para Putin, a Rússia está a lidar com a questão económica melhor que os seus rivais. O Ministério da Economia russo avisou que a economia do país irá recuar -3,6% em 2020, menos que qualquer um dos grandes países da União Europeia e menos que os EUA.

Na África do Sul, o ano ficou marcado por diversas manifestações devido ao momento particularmente complexo e difícil que o país atravessa, com problemas políticos e económicos e de segurança e instabilidade que se vem observando. O desemprego na África do Sul tem batido recordes e chegou aos 30,8% durante o terceiro trimestre de 2020. O país chegou a ter algumas das medidas de confinamento mais restritas no continente africano, e os empresários queixaram-se muito da diminuição forte das receitas devido às medidas aplicadas para conter a epidemia e por diversas vezes manifestaram-se, pretendendo o alívio de algumas restrições. A Agência de Estatísticas sul-africana (STATSA) afirmou que o PIB do país recuperou 66,1% no terceiro trimestre face ao anterior, depois de ter caído cerca de 51% no segundo trimestre devido à pandemia. Esta recuperação em grande parte resulta da flexibilização das restrições de contenção da Covid-19. No entanto o FMI estima que a economia tenha uma contração de -7,5% para 2020, e será necessário cerca de 5 anos para que a economia sul-africana regresse aos níveis anteriores à pandemia, que já estava em recessão (a segunda em dois anos) antes de ser atingida pela pandemia.

África Subsaariana

A África Subsaariana também sofreu perturbações na atividade económica provocadas pela pandemia da COVID-19. Segundo dados do FMI, a produção na África Subsaariana sofreu uma contração de -3,7% pelos bloqueios associados ao coronavírus. Como resultado, o rendimento per capita diminuiu em -6,1% em 2020, fazendo retroceder em pelo menos uma década os padrões de vida médios num quarto das economias da África Subsaariana. Os países mais afetados foram os países com grandes surtos domésticos, os fortemente dependentes das viagens e do turismo e os exportadores de matérias-primas, em especial os exportadores de petróleo. Na Nigéria a produção caiu abruptamente e estima-se que a economia tenha sofrido uma redução de -4,1% em 2020, uma vez que os efeitos da pandemia afetaram a atividade económica em todos os setores. Os países exportadores de petróleo da região (Angola, Guiné Equatorial, República do Congo, Sudão do Sul), enfrentaram preços nitidamente mais baixos, enquanto aqueles com grandes setores de viagens e turismo (Cabo Verde, Etiópia, Maurícias, Seychelles), suportaram uma ausência quase completa da atividade de visitantes. As contrações nos exportadores de matérias-primas agrícolas de base (Benim, Costa do Marfim e Uganda), foram menos acentuadas. Ao contrário dos anos anteriores, o investimento de grandes capitais tem tido a preferência para países da América Latina, países do Leste Europeu e asiáticos. Isto é um problema para África, pois sem esse capital dificilmente se desenvolverá.

Perspetivas para 2021

O ano de 2020 talvez tenha sido o pior momento da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial com muitas baixas humanas em quase 200 países e mais de 80 milhões de pessoas infetadas pelo coronavírus. Com isso, tudo o que se esperava para o ano de 2020, teve de ser revisto e a economia mudou drasticamente com a crise. Segundo dados avançados pelo FMI, após o colapso causado pela pandemia, a atividade económica deverá crescer 5,5% em 2021, devendo, no entanto, ficar abaixo das projeções pré-pandemia. Os riscos negativos incluem a possibilidade de maior ressurgência do vírus, atrasos na vacinação e efeitos mais severos para a produção económica decorrentes da pandemia e do stress financeiro. O nível de incerteza enfatiza o papel dos formuladores de políticas públicas, de não só aumentar as chances de melhores resultados, como também de evitar os piores. As medidas políticas deverão equilibrar os riscos provenientes de endividamento alto e do aperto fiscal antecipado, além de promover a resiliência, salvaguardando a saúde e a educação, melhorando a governança e aumentando a transparência de dívida.

O FMI prevê um agravamento para a economia da Zona Euro em relação às projeções de outubro para 4,2%, devido ao facto de 2020 ter sido um pouco mais forte do que era esperado e por isso a contração foi menos severa. Irá levar mais do que um ano para que a Zona Euro volte ao nível pré pandémico. A Espanha deverá apresentar o maior crescimento da Zona Euro em 2021 com a economia a aumentar 5,9%, acima da França com 5,5% e os 4,2% da Alemanha. A Itália é o país, cuja projeção é mais prejudicada, onde se espera um crescimento do PIB em torno dos 3%. Contudo, nem tudo é mau. A entidade comenta que o acordo para o Brexit entre o Reino Unido e a União Europeia, eliminou um risco negativo, chave para o crescimento económico da região. O Banco Central Europeu decidiu reforçar os apoios para ajudar os países a reagir à pandemia e ao seu efeito negativo na atividade económica. O programa de compra de ativos por emergência pandémica (PEPP) foi alargado em mais 500 mil milhões de euros e no total, o PEPP ficou nos 1,85 biliões de euros. O programa foi também alargado no prazo e irá vigorar pelo menos até março de 2022, mais nove meses do que o anterior prazo que era até junho de 2021.

Nas economias desenvolvidas, a recuperação incipiente paralisada no terceiro trimestre de 2020 após a ressurgência das infeções, aponta para uma retomada mais lenta. O PIB dos EUA apresenta uma previsão de expansão de 5,5%. Esta melhora nas perspetivas é o reflexo de estímulos fiscais adicionais associada também à expetativa de que haverá disponibilidade de vacinas antes do esperado.

Sendo a única grande economia do mundo a apresentar crescimento positivo no ano que findou sombreado pela pandemia, o crescimento económico da China aumentará em torno de 8% em 2021. A economia da China permanecerá forte e o consumo deverá tornar-se a principal força motriz desse crescimento nos próximos tempos, aliado aos esperados apoios fiscais para combater os impactos negativos da pandemia.

A Índia, país que, antes da pandemia, já havia roubado o posto de economia mais acelerada do mundo da China por alguns trimestres, poderá ver o seu PIB aumentar 11,5%, como resultado do substancial crescimento dos investimentos, do consumo privado e despesa pública. A contribuição do comércio externo será negativa, já que o aumento da procura interna dará um lugar a um forte aumento das importações.

Segundo nota do Banco Central de Portugal, projeta-se que haja um crescimento do PIB de 3,9% em 2021. A atividade retornará ao nível pré-pandemia no final de 2022 e espera-se uma melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de

desemprego. Espera-se também que uma solução médica eficaz esteja plenamente implementada. As ações das políticas monetárias orçamentais e prudenciais será decisiva na mitigação da crise e continuará a desemprenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação. Portugal vai também beneficiar da bazuca do Banco Central Europeu, no total de 45 mil milhões de euros e este valor irá ser dividido por três prioridades: resiliência, transição climática e transição digital.

Na África Subsaariana, o FMI prevê um crescimento de 3,2%. Estima-se que a recuperação do consumo privado e do investimento seja mais lenta do que a anteriormente prevista e espera-se que o crescimento das exportações acelere gradualmente, em consonância com a recuperação da atividade entre os principais parceiros comerciais. O crescimento da Nigéria poderá ser relançado ao nível de 1,5% em 2021, no entanto a atividade poderá ser atenuada pelos baixos preços do petróleo, pelas quotas da OPEP, pela queda do investimento público devido às fracas receitas. Espera-se que na África do Sul, o crescimento recupere 2,8% em 2021. A expetativa de uma dinâmica de crescimento fraca reflete os efeitos persistentes da pandemia e a probabilidade de algumas medidas de mitigação terem de permanecer em vigor por mais tempo.

O FMI destaca que, entre as cicatrizes desta crise, está o retrocesso no combate à pobreza nas últimas duas décadas, com cerca de 90 milhões de pessoas possam cair na pobreza extrema ente 2020 e 2021. O FMI faz um apelo especial para se fortalecer a cooperação multilateral, incluindo o apoio ao fundo de vacinação COVAX, para que mais países tenham acesso à vacina contra a COVID-19. Também defendeu que nos casos em que a dívida soberana de um país se torne insustentável, as nações que se beneficiem de um mecanismo pactuado a pedido do G-20, continuem a operar dentro dessa estrutura com os seus credores, isto porque a reestruturação da dívida de alguns países é inevitável, no contexto desta crise.

4.2 Contexto Nacional

A pandemia afetou gravemente a economia de São Tomé e Príncipe, principalmente através de perdas do turismo. A economia foi atingida por uma queda quase total na entrada de turistas estrangeiros desde o início de março de 2020. Dados da Direção de Estatísticas divulgados pela Direção Geral do Turismo e Hotelaria, o total de turistas no país em 2020 foi de 10718, contrastando com os 34900 registados em 2019. A indústria do turismo, que tem sido um motor de crescimento do setor privado nos últimos anos e é responsável por uma grande parte do emprego formal, parou totalmente, resultando numa perda de rendimentos de mão-de-obra, de divisas e de receitas fiscais.

Política

O Conselho de Defesa Nacional decidiu fazer mudanças no comando do Exército e na Guarda Costeira, em virtude de os mesmos terem atingido o fim do mandato, associado ao facto de terem também atingido o limite de idade para a passagem à reserva. A cerimónia de posse aconteceu na presença do Ministro da tutela, o Coronel Óscar Sousa, incluindo outras chefias militares do país, bem como membros do executivo são-tomense.

Os governos de São Tomé e Príncipe e da República Popular da China, rubricaram um acordo que lança as bases e dissipa as dúvidas sobre a execução do projeto de ampliação da pista do aeroporto internacional de São Tomé, assim como a modernização das demais infra-estruturas do aeroporto. O acordo rubricado pelo Ministro das Obras Públicas, Osvaldo Abreu e pelo Embaixador da China em São Tomé, Wang Wei, será desenvolvido em várias etapas onde a mais importante será o de estender a pista do aeroporto por mais 600 metros,

permitindo assim a aterragem de aviões de grande porte.

A Assembleia Nacional aprovou a proposta do Governo que prorrogou a implementação do Imposto de Valor Acrescentado (IVA). Segundo o Governo, problemas de ordem informática, tornaram impossível a implementação em março, da lei do IVA, que foi aprovada pela Assembleia Nacional e promulgada pelo Presidente da República. Este novo imposto que a Assembleia Nacional transformou em lei, foi a principal exigência do FMI, para aceitar e assinar um novo acordo de facilidade de crédito alargado a São Tomé e Príncipe. O Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Vaz, afiançou que o FMI está ao corrente do atraso na implementação do imposto e que as autoridades estão a trabalhar para que o IVA seja um facto no país, em breve. Osvaldo Vaz, assegurou que o adiamento da implementação do IVA, não vai ter impacto na execução do Orçamento Geral do Estado, visto que tinham estimado um valor ainda baixo proveniente desse imposto.

Em finais de julho, a Assembleia Nacional aprovou o Orçamento Retificativo, apresentado pelo Governo, com o objetivo de conter os impactos da Covid-19, sobre a economia nacional. No valor de 131 milhões de euros, o Orçamento Retificativo depende em mais de 96% da ajuda financeira internacional. Segundo o Primeiro-ministro Jorge Bom Jesus, o FMI, o Banco Mundial, a União Europeia e outros parceiros bilaterais, vão garantir a maior parte do financiamento deste orçamento.

Filipe Nascimento foi empossado Presidente do Governo Regional da Ilha do Príncipe, substituindo no cargo José Cardoso Cassandra. A posse do novo Presidente Regional foi conferida pelo Primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, que apelou ao sentido de humildade e ao entendimento político para grandes reformas nomeadamente ao estatuto político administrativo da Ilha do Príncipe. Filipe Nascimento reconheceu que é necessária uma governação dialogante, transparente, aberta, de terreno e proximidade, inclusiva, capaz de absorver todos os contributos da massa crítica da sociedade civil, e voltada para os resultados. Prometeu colocar todo o saber e todas as energias ao serviço da Ilha do Príncipe e ao serviço do país.

Em setembro, o Governo de São Tomé e Príncipe foi remodelado com a saída de duas ministras e a entrada de três novos ministros. A remodelação ficou marcado pela saída de ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Elsa Pinto, substituída pela jurista Edite Tenjua, a nova chefe da diplomacia são-tomense. A outra saída foi da ex-Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, Maria da Graça Lavres, substituída por Aerton do Rosário, novo Ministro do Turismo e Cultura. A remodelação fica ainda marcada com a entrada do jurista Cilcio Santos, nomeado novo Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, bem como a nomeação do engenheiro Eugénio Nascimento, o novo secretário de Estado das Obras Públicas, Ambiente e Ordenamento do Território.

Em novembro foi eleito o novo presidente da Comissão Eleitoral, com 28 votos a favor da maioria parlamentar. A nova Comissão Eleitoral presidida por Fernando Maquengo, vai encetar diligências para a realização do recenseamento eleitoral com vista às eleições presidenciais, autárquicas e regionais em 2021 e legislativas em 2022.

Também nesse mês, o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Osvaldo Vaz, remeteu à Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2021, cujo valor global é de 166 milhões de dólares. Osvaldo Vaz explicou que trata-se de um orçamento que respeita o saldo primário acertado com o FMI e que comparativamente a 2020, este é inferior nas despesas de investimento. Na ótica do Ministro, o OGE para 2021 sofreu acréscimos nas despesas correntes, uma vez que o país está perante a

pandemia da Covid-19. As áreas mais beneficiadas serão a educação, a saúde e infraestruturas.

Sociedade

O cargo de Diretor-geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi assumido pelo embaixador são-tomense Armindo Brito Fernandes, contanto com as presenças do Secretário Executivo, o embaixador Francisco Ribeiro Telles, e os representantes permanentes dos Estados-membros da Organização. O Diretor-geral é o responsável, sob orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos pelo Secretariado Executivo da CPLP.

Hipólito Lima, ficou reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes agentes de proteção das tartarugas marinhas do continente africano e possivelmente do mundo. Em finais de 2020, ganhou o Prémio Príncipe William da Grã-Bretanha para a preservação ambiental em Africa, no ano de 2020. Batizado como o "pai das tartarugas marinhas", carrega consigo 26 anos de trabalho pela proteção de uma das espécies mais ameaçadas do ambiente marinho. Hipólito Lima lidera o movimento protecionista do ambiente marinho, em todas as comunidades piscatórias onde a espécie desova e tem permitido o aumento de efetivos de protetores das tartarugas marinhas.

São Tomé e Príncipe ficou classificado no 12º lugar do Índice Mo Ibrahim de Governação africana em 2020, com uma tendência de progresso em aceleração. Segundo o relatório, o país somou 60,4 pontos mais 2,8 do que há uma década e foi o país com melhor desempenho da África Central. São Tomé e Príncipe, registou melhorias significativas nas categorias de "Base para as oportunidades económicas" e "Desenvolvimento humano" embora tenha estagnado na categoria de "Segurança e Estado de Direito" e recuou ligeiramente na categoria de "Participação, Direitos e Inclusão".

O Cacau de São Tomé e Príncipe conquistou uma medalha de prata num concurso internacional realizado em Londres, Inglaterra, pela qualidade do sabor dado a um chocolate produzido pela Feitoria do Cacao, em Portugal. O Chocolate Negro que foi feito com 72% de cacau de origem são-tomense, sai das roças de São Tomé em grão e segue um processo de qualidade que culmina num chocolate realmente bom que respeita os valores de toda a cadeia, desde o produtor até ao consumidor final.

Evolução Macroeconómica

Dados revelados pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe indicam que a pandemia da Covid-19 teve um impacto muito severo sobre a economia nacional. Segundo o estudo, o setor empresarial registou uma redução do volume de negócios na ordem de 80%. No segundo trimestre do ano, período em que se detetaram os primeiros casos da Covid-19 em São Tomé, o PIB contraiu -23% e provocou um aumento em 7% da pobreza, o que é bastante para a sociedade são-tomense. A pandemia fez disparar a taxa de desemprego, e constatou-se que mais de 14 mil pessoas no período de confinamento foram dispensadas temporária ou definitivamente. No segundo trimestre mais de 2300 pessoas ficaram desempregadas.

Uma equipa técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) chefiada por Xiangming Li, realizou uma missão virtual em junho de 2020, para a primeira

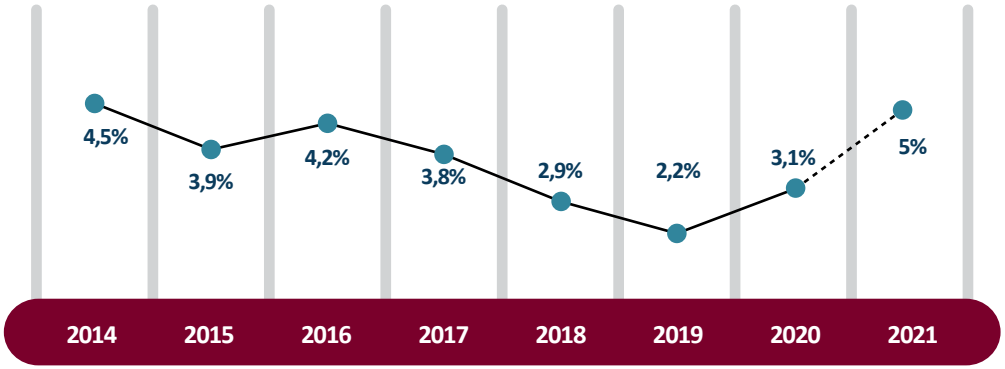
avaliação do programa económico de São Tomé e Príncipe apoiado pelo acordo de Facilidade Alargada de Crédito do (ECF), assinado no primeiro trimestre de 2020. O FMI observou que o programa de facilidade alargada de crédito começou a ser bem executado, mas a pandemia da COVID-19, veio prejudicar o processo. O FMI reconheceu que as autoridades de São Tomé e Príncipe desenvolveram um plano adequado para dar resposta à crise. Trabalharam com parceiros internacionais para o desenvolvimento para conter o surto local e prestar assistência às famílias vulneráveis, trabalhadores em lay-off e empresas. Foi imposta uma pequena contribuição solidária aos trabalhadores que foram relativamente pouco afetados a fim de ajudar a financiar os custos.

A meta do défice orçamental para 2020 foi revista a fim de acomodar um maior nível de despesa na saúde e às empresas severamente afetadas no setor do turismo. O desembolso também foi reforçado, cifrando-se em cerca de 4,5 milhões de dólares americanos de modo a satisfazer as necessidades imediatas. Para lançar as bases para a recuperação, a agenda de reformas estruturais centrou-se na reforma contínua da EMAE, com vista a melhorar a segurança energética e reduzir a vulnerabilidade da dívida do país. Para apoiar as tão necessárias despesas sociais e de investimento, a missão aconselhou as autoridades a completarem os preparativos para a transição para o IVA em 2021. Para apoiar a recuperação do setor do turismo, foi recomendado às autoridades a elaboração de um plano para retirarem o país da lista de operadores proibidos em matéria de segurança aérea da União Europeia.

Foi também saudado os planos das autoridades que visam melhorar o ambiente empresarial, fomentar a igualdade de género e promover a adaptação às alterações climáticas. Estas reformas podem acelerar a recuperação e promover a sustentabilidade e o crescimento inclusivo a médio prazo.

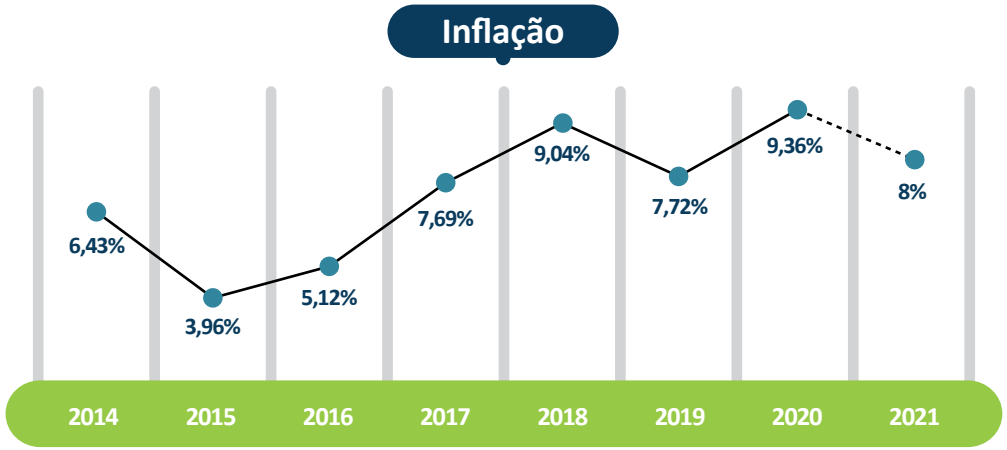
Segundo o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, a economia do arquipélago registou um crescimento de cerca de 3,1% em 2020, contra os 2,2% observados em 2019. Este crescimento foi sustentado pelo aumento dos investimentos públicos, pagamentos de dívidas às empresas (que não se verificavam há 3 anos), melhoria na balança comercial, aumento no consumo pelo apoio dado aos trabalhadores e famílias afetadas económica e financeiramente pelo impacto da COVID-19. O FMI tinha projetado que o PIB teria um decréscimo de -5,3%, baseado no facto de que a pandemia influenciaria negativamente a economia são-tomense, devido à sua fragilidade enquanto um estado insular muito dependente do exterior.

Taxa de crescimento do PIB



Fonte: Ministério de Planos e Finanças e Economia Azul

Em 2020, a taxa de inflação foi de 9,4% contra os 7,7% observada no ano de 2019. Esta variação foi impulsionada pelo aumento dos preços observados nos bens alimentares, resultantes da grande afluência das populações na procura destes bens a partir de abril de 2020, como consequência do estado de emergência, seguido do confinamento decretado pelas autoridades nacionais em março de 2020, com vista a combater a COVID-19.



Fonte: Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

As receitas internas aumentaram em 3,3% comparativamente ao ano de 2019, com destaque para as receitas provenientes do diferencial de preços de produtos petrolíferos, do imposto sobre o consumo de produção local onde se inclui a Cervejeira Rosema, do alargamento da base tributária, resultado do bom trabalho de setores que arrecadam receitas.

Sendo assim, face ao nível de receitas internas arrecadas e à monitorização das despesas publicas, permitiu que o défice primário fosse de 4,7% ao contrário dos 6,3% previsto pelo FMI. De ressalvar que durante os anos de 2019 e 2020, foram pagos os salários da administração pública sem se recorrer ao crédito bancário. Os investimentos públicos realizados em 2020, foram de 815.184.472,00 dobras, representando um crescimento de 41% comparativamente ao ano de 2019.

Em 2019 e 2020, o governo liquidou dívidas de fornecedores/credores nacionais e internacionais num montante superior a 48 milhões de dólares americanos, sendo 26 milhões correspondentes a dívidas contraídas até 2018 e 22 milhões dos engajamentos contraídos entre 2019-2020.

Em 2020, embora a balança comercial continue a ser deficitária, melhorou em cerca de 10% face ao resultado de 2019, devido ao aumento das exportações em 24%, sustentado fundamentalmente pelas exportações de óleo de palma, produzido pela empresa AGRIPALMA. Observou-se por outro lado à diminuição das importações em cerca de 8%, influenciado essencialmente pela queda nos preços dos produtos petrolíferos no mercado internacional que originou uma redução do seu valor na importação, em cerca de 28%.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL), correspondem a 4 meses de importação num total de 55,6 milhões de dólares americanos. No âmbito de apoio ao setor privado, o Governo criou uma linha de crédito bonificado no valor de 3 milhões de dólares americanos ao setor privado nacional com taxas de juros entre 3,5% e 5%.

Estes desempenhos contaram com a colaboração dos parceiros multilaterais (FMI, Banco Mundial, Banco Africano do Desenvolvimento, União Europeia, Agência das Nações Unidas, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e parceiros bilaterais como a China, Angola, Japão, Portugal, Canadá, França, Guiné Equatorial, Gabão e Gana.

Economia e Investimentos

No princípio do ano de 2020, os representantes do Grupo Visabeira de Portugal, chefiados por Nuno Marques, estiveram no país e foram recebidos pelo Primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus. Nuno Marques manifestou o interesse de investir no país, sobretudo nas áreas de energia, telecomunicações, turismo e hotelaria, visto que o Grupo Visabeira considera São Tomé e Príncipe um país de uma plataforma interessante para poderem investir, e com grandes

oportunidades de crescimento. No mercado africano, o volume de negócios da Visabeira em Angola e Moçambique rondou os 102 milhões de euros em 2018, sobretudo nos setores da hotelaria, telecomunicações e construção civil.

A Agência Nacional de Petróleo de São Tomé Príncipe (ANP-STP), em representação do Estado São-tomense, assinou em julho com as petrolíferas Kosmos Energy, Shell e a Galp Energia uma 6ª adenda ao Contrato de partilha de produção relativo a um bloco de petróleo nas águas marítimas do arquipélago. A adenda contratual refere-se ao grupo empreiteiro do bloco 11 da Zona Económica Exclusiva (ZEE), constituído pela própria ANP-STP com 15% relativo ao interesse carregado do Estado são-tomense, a Kosmos Energy na qualidade de operadora com 35% incluindo a Shell e a Galp Energia com 30% e 20% respetivamente. O processo de pesquisa do petróleo em São Tomé e Príncipe ainda se encontra numa fase embrionária, mas o país também foi atingido pelos impactos da crise provocada pela nova realidade da pandemia e atrasos nas atividades de pesquisa.

Está em processo de construção uma fábrica de chocolate nacional. A nova fábrica está localizada no distrito de Lobata e é da responsabilidade da Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico (CECAB). A infraestrutura terá uma unidade de produção, incluindo equipamentos e utensílios. A futura fabrica de chocolate da CECAB, conta com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no valor de 348.262,00 euros, através do Projeto Priasa II.

O Governo são-tomense disponibilizou 3 milhões de euros para o setor privado, no âmbito do plano pós-Covid-19 para reanimar a economia impactada por esta pandemia. O Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Osvaldo Vaz, anunciou que o valor já está disponível e que a verba é uma ajuda dos parceiros multilaterais. De acordo com as regras de admissão, aos beneficiários ser-lhes-á concedido um montante máximo de 50 mil euros, com taxas de juro entre os 3% e os 5%. O turismo, a indústria de transformação, a agricultura e pescas são projetos elegíveis e a Agência de Promoção de Comércio e Investimento (APCI), vai monitorizar e ajudar os candidatos ao fundo a obterem o crédito. Esta verba poderá atingir os 5 milhões de euros se o governo concluir que estão a ser cumpridos todos os objetivos.

O governo são-tomense cria e oficializa o projeto Zona Franca, uma plataforma de prestação de serviços para a sub-região africana do Golfo da Guiné e o mundo, e será instalada no Distrito de Caué, a sul da ilha. A oficialização do projeto foi anunciada pelo Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias, Wuando Castro. Para tal, foram criadas duas comissões de trabalho para dar seguimento ao projeto, sendo que uma comissão que vai lidar com a delimitação de terra necessária para a implementação do projeto presidida pelo Ministro da Agricultura, Francisco Ramos, e outra que vai tratar do processo de negociação de contrato concessão, presidida por Wuando Castro.

Foi inaugurada uma fábrica de água instalada em Monte Café, na zona centro da ilha. A fábrica de tratamento e processamento de água Bom Sucesso, é a primeira do género no país. É um investimento de um consórcio ítalo-líbio avaliado em mais de 2 milhões dólares e inicialmente vai apostar no mercado interno para a médio prazo, apostar no mercado sub-regional de África Central e tem capacidade para produzir 4 mil garrafas de 1,5 litros por hora. Segundo Abdoul Hakim Zareba, Presidente do Conselho de Administração, a empresa vai avançar com a ampliação da fábrica para aumentar a produção e absorver mais mão-de-obra. Neste momento a Fábrica de Água Bom Sucesso oferece 30 postos de trabalho e a maioria dos colaboradores reside nos arredores de Monte Café.

Mercado Monetário

Visando cobrir o défice de tesouraria, o Estado, através do Banco Central de São Tomé e Príncipe, emitiu por duas vezes no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro (BT). Em março de 2020 emitiu pela décima vez, BT no valor de STN 327.000.000,00 para 1 ano e em outubro voltou a emitir, pela décima primeira vez, BT no valor STN 269.000.000,00, também para 1 ano. A taxa aplicada ao Bilhetes de Tesouro é de 3% anual, e, o valor nominal de cada bilhete foi de STN 1.000,00 dobras. Este mecanismo tem uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos. O sector bancário detinha sobre o Estado, até final de 2020, um total STN 596 Milhões de dobras de dívida sob forma de Bilhetes de Tesouro.

Visando absorver parcialmente o excesso de liquidez no sistema bancário, e mitigar os riscos para o funcionamento do regime cambial em vigor, o Banco Central de São e Príncipe emitiu por duas vezes, Certificados de Depósitos. Foi realizado o primeiro leilão em novembro de 2020, com o montante colocado de 100.000.000,00 de dobras com o prazo de reembolso de um mês. O segundo leilão foi realizado em dezembro, com o montante colocado igualmente de 100.000.000 de dobras com prazo de reembolso de um mês. Tanto num leilão como no outro, a taxa aplicada é de 1% anual.

O Comité de Política Monetária do BCSTP decidiu adaptar uma política monetária prudente, garantindo condições monetárias que permitam estimular a atividade económica num contexto de pandemia causada pela Covid-19. Sendo assim, em abril de 2020 foi anunciado a redução de taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez de 11% para 9,5%. Foi também decidido a redução da Reserva Mínima de Caixa (RMC) de 18% para 14% em moeda nacional e de 21% para 17% em moeda estrangeira. No entanto, esta última decisão foi revista em dezembro de 2020 onde voltou-se a repor os coeficientes de RMC em 18% para moeda nacional e 21% para moeda estrangeira, com o in

Sector Bancário

Neste ano de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), decidiu intervir no Energy Bank. Na sua Deliberação 03/2020, o BCSTP justifica que esta intervenção deve-se a a um conjunto de anomalias registadas ao nível da gestão dessa instituição financeira nos últimos anos, realçando queo Energy Bank, banco comercial que tem como principais acionistas a Global Fleet do Reino Unido e a Nicon Insurance STP, tem registado prejuízos consecutivos desde 2013, traduzidos na corrosão de fundos próprios, quer contabilísticos, quer qualificados, e que se encontravam abaixo dos mínimos exigidos. O BCSTP, frisa também, que o banco não tem liquidez para honrar os seus compromissos para com os depositantes e os credores num cenário de corrida bancária. Além disso, tem vindo a violar recorrentemente as Reservas Mínimas de Caixa, particularmente em moeda nacional. Existiam também lacunas a nível de controlo interno, ausência do Conselho de Administração na supervisão efetiva da atividade de Direção Executiva, que não tem oferecido garantias de gestão prudente.

O comunicado do BCSTP acrescenta ainda que o Energy Bank, não logrou submeter um plano de recuperação e saneamento para reverter a situação de desequilíbrio financeiro que tem vindo a registar, não obstante as diversas medidas adotadas pela instituição supervisora. Sendo assim, este funcionamento inadequado põe em causa a reputação do sistema financeiro nacional. Face a este cenário, o BCSTP aplicou ao Energy Bank a providência de saneamento consistente, designando Administradores provisórios para avaliar a

sua real situação patrimonial e saneá-la, salvaguardando o interesse dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Tendo em conta que o impacto da pandemia da Covid-19 na vida das pessoas no país, o Comité de Política Monetária do BCSTP em coordenação com o governo, decidiu orientar os bancos a conceder moratórias no pagamento das prestações bancárias aos agentes económicos, empresas e pessoas singulares, cujos rendimentos ou negócios estejam a ser afetados de forma direta pelo Covid-19.

O Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Américo Barros, classificou o ano de 2020, como um ano atípico, adverso aos propósitos da economia mundial com impacto nefasto para a frágil economia são-tomense, face à pandemia da Covid-19. Perante um contexto tão adverso para as pequenas economias e pelo resultado alcançado, o Governador do BCSTP considerou, que o ano acabou por ser satisfatório para a economia são-tomense tendo em conta as Reservas Internacionais Líquidas que atingiram 4 meses de importação, representando assim um excelente indicador para a manutenção da paridade cambial, enquanto a principal âncora nominal da política monetária são-tomense. A evolução positiva do crédito líquido ao governo, que é a conta demonstrativa da situação do Estado, foi também um bom indicador da capacidade que o país mostrou para contrariar a crise.

Explicou também que relativamente à orientação da política monetária num cenário de possível recessão económica, o BCSTP manteve-se atento à evolução monetária fiscal, bem como as perspetivas da inflação, adotando medidas de políticas que ora facilitaram, ora enxugaram a liquidez excedentária do sistema. Acrescentou ainda que, pese embora o nível do crédito malparado, os indicadores de solidez financeira mantiveram-se nos níveis legalmente exigidos. Relativamente à circulação monetária, declarou que já estão criadas as bases legais para ultrapassar os constrangimentos decorrentes da última reforma monetária. Foi anunciado que até o final do primeiro semestre de 2021 a introdução de novas notas de 200 dobras, a reprodução e melhoria da qualidade das notas de 5 e 10 dobras, bem como a introdução de novos cartões da Dobra 24, Visa e Mastercard, incluindo a reinauguração de novos terminas da rede Dobra 24.

RÚBRICAS	DADOS DO SECTOR			QUOTA DE BISTP*		
	2018	2019	ATÉ JUN.20	2018	2019	ATÉ JUN.20
Crédito líquido (Mil STN)	1.342.259	1.378.420	1.326.000	61%	62%	58%
Depósito (Mil STN)	2.857.414	3.009.927	3.176.152	74%	73%	71%
Fundos Próprios (Mil STN)	858.375	815.303	803.491	47%	53%	49%
Ativo Total (Mil STN)	4.116.970	4.302.616	4.402.664	61%	65%	63%
Balcões	19	19	18	63%	63%	67%
ATM	28	28	30	86%	82%	77%

Fonte dos dados: www.bcstp.st * Cálculo da quota feito pelo BISTP

RÚBRICAS	RÁCIOS DO SECTOR			RÁCIOS DO BISTP**		
	2018	2019	ATÉ JUN.20	2018	2019	JUN. 2020
Solvabilidade*	31,08%	28,53%	29,98%	25,18%	26,38%	29,11%
Peso do créd. mal parado	24,56%	26,72%	27,97%	23,60%	21,04%	26,14%
ROE	-1,00%	-1,26%	1,64%	14,90%	14,49%	2,29%
Cost-to-income	70,10%	79,28%	77,40%	58,93%	63,48%	65,90%
Liquidez Geral*	63,27%	49,42%	56,13%	53,03%	45,65%	53,24%

Fonte: www.bcstp.st *Nível Regulamentar: Solvabilidade: ≥ 12% Liquidez Geral ≥ 20% **Cálculo feito pelo BISTP

05

Estratégia de Negócio e Presença Geográfica do Bistp

Feto Arbóreo (Endémica)

5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5.1 Estratégia e Modelo de Negócio

O Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe é a maior instituição financeira do mercado nacional, oferece uma vasta panóplia de produtos e serviços financeiros, e é o líder destacado em todas as frentes, dispondo da maior rede de agências e meios automáticos, e estando presente em todos os distritos do país.

O modelo de negócio do BISTP está centrado em dois principais segmentos, sendo, a banca de empresas/instituições e a banca de retalho (particulares). Assim, o banco procura, de forma segmentada, servir da melhor forma os seus clientes, criando e disponibilizando produtos e serviços financeiros mais ajustados ao perfil de cada segmento de cliente.

O ano de 2020 foi particularmente excepcional, caracterizado por uma crise sanitária com grandes impactos económicos e no modelo de negócios das empresas.

Apesar da conjuntura, o Banco continuou centrando os seus esforços na consolidação e manutenção da sua liderança no mercado. As ações empreendidas com enfoque na consolidação progressiva da liderança estão refletidas nos importantes investimentos feitos na rede de pagamento automático e na maior divulgação dos serviços eletrónicos disponíveis (cartão de débito e internet banking). Em 2020, com a crise provocada pelo COVID-19, o banco aproveitou para acelerar o andamento das ações visando o aumento da digitalização dos processos tidos como críticos na atividade operacional, bem como das ações que concorrem para estimular o aumento de número de novos utilizadores dos canais eletrónicos (cartões de débto e internet banking).

Foco no aumento do número de clientes e de maior penetração da banca eletrónico

- O banco tem procurado alargar a sua base de clientes, promovendo a prospecção de clientes do futuro (clientes mais jovens) e mais suscetíveis à utilização dos serviços de bancário por via eletrónica. O alargamento da base de clientes tem sido conseguido mediante maior cobertura geográfica e, de uma forte imagem de solidez financeira.

- O crescimento do número de utilizadores dos canais eletrónicos, decorre de ações conjugadas entre o aumento da rede (POS e ATM), marketing relativamente às vantagens e comodidade oferecida pelos diversos canais eletrónicos com destaque para Internet Banking e Cartão de Débito.

- Este período de pandemia, permitiu realçar ainda mais as vantagens que os meios eletrónicos oferecem, o que, certamente, ajudou o criar um potencial de futuros novos utilizadores.

Sustentabilidade do modelo

- A capacidade de resiliência do modelo de negócio do BISTP demonstrada ao longo desses anos repousa numa adequada heterogeneidade da sua carteira de clientes em cada segmento em que atua (Banca de Retalho e Banca de Empresas e Instituições), sendo que a banca de retalho assume um papel preponderante na conservação da resiliência do modelo de negócio dado ao perfil menos volátil dos clientes que pertencem a este segmento, permitindo assim maior estabilidade de negócios neste segmento.

Gestão de crises de COVID-19

- Visando ajustar processo operacional em face aos condicionalismos impostos pela pandemia de COVID-19, foi criada uma comissão com a missão de elaborar o plano de contingência e fazer o acompanhamento da sua aplicação, bem como assegurar a sua adequação às atualizações/procedimentos emanadas pelas autoridades sanitárias, tendo como objetivo último a preservação dos clientes e dos colaboradores. Dentre algumas das importantes medidas tomadas destaca-se a redução do número de pessoas no local de trabalho em 50%, passando as equipas a trabalharem por turnos de 15 dias, tratamento digital dos documentos, assim, como a desinfecção e controlo de temperatura das pessoas que acedem aos edifícios.

As transformações progressivas promovidas pelo Banco, visando adequar a sua estratégia e negócio às exigências/desafios do mercado e das autoridades, são importantes e necessárias para que o banco continue agregando valor e solidez ao seu modelo de negócio.

Os resultados positivos alcançados em 2020, não obstante todos os fatores que impactaram negativamente sobre as receitas do banco e, no negócio de uma forma global, são reveladores de um modelo de negócio sólido e de uma atuação estratégica que se ajusta às mutações e aos desafios do setor financeiro.

O objetivo central do Banco é assegurar que o seu modelo de negócio e a sua atuação estratégica permitam um crescimento sustentável do valor do banco e da sua solidez para todos os seus stakeholders. Por isso, o foco em alcançar maiores níveis de rendibilidade, maior eficiência operacional e melhor controlo de risco de crédito são indispensáveis para o reforço da posição de liderança neste mercado, e assegurar a perenidade do Banco.

Importa relembrar que em 2019 o Banco tinha reafirmado o seu compromisso na busca continua de "Excelência" em todos os eixos estratégicos do Banco, através da sua Diretriz Estratégica 2019-2022. No orçamento e plano de atividade para 2020 foi reiterado o propósito de alcance de excelência nos **quatro eixos estratégicos (Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados)**.

No eixo Clientes são visados os seguintes objetivos:

- Reforçar a confiança e fidelidade dos clientes na Marca, tornando o acesso aos serviços e informações financeiras mais rápido, seguro e cómodo;
- Promover a inclusão financeira, procurando aumentar o número de Clientes por via de uma melhor cobertura do território nacional;
- Aumentar a proatividade para diversificação de clientes (tanto em setores económicos como em segmento).

No eixo Capital Humano são visados os seguintes objetivos:

- Potencializar o capital humano por via de melhoria de competências técnicas recorrendo-se a formações específicas;
- Valorizar o capital humano e reforçar o espírito de equipa;
- Garantir uma gestão previsional que assegure uma transição geracional ao nível da liderança sem que haja efeitos negativos na qualidade e na competitividade.
- Ajustar o sistema de avaliação do desempenho e gestão de carreiras visando promover maior satisfação e realização profissional dos colaboradores.

No eixo Inovação Tecnológica e Procedimentos Internos são visados os seguintes objetivos:

- Garantir que os investimentos na infraestrutura informática assegurem que o Banco disponibilize o essencial dos seus serviços aos clientes à distância, de forma segura, cómoda e fácil;
- Aumentar o nível de automação dos processos internos, visando o alcance de maior eficiência.

No eixo Resultados são visados os seguintes objetivos:

- Desenvolver estratégias comerciais que garantam o aumento qualitativo e quantitativo de clientes e operações de crédito;
- Criação de mais serviços financeiros em linha com as dinâmicas do mercado e necessidade dos clientes particulares e institucionais;
- Racionalização visando maior eficiência dos custos no contributo a gerar resultados;
- Reforçar a prudência no controlo de risco de crédito, visando a redução do custo de risco, via constituição de dotações de provisão.
- Proatividade na recuperação dos créditos, por via da venda dos imóveis recebidos em dação.

Assim, em termos de ações desencadeadas em torno desses eixos, salienta-se que no que se refere ao eixo de clientes, o Banco, em face de uma previsível deterioração da situação financeira das empresas que atuam nas atividades mais impactadas pelo pandemia de COVID-19, foi proativo na definição de um plano de concessão de moratória muito antes das autoridades reguladoras emitirem uma norma de concessão obrigatória de moratória. Além disso, o banco continuou a conceder financiamentos às empresas e a particulares de forma a assegurar a viabilidade/ continuidade das atividades que disponham de indicadores e fundamentos sólidos para superar e saírem mais fortalecidos após a crise .

Através destas ações o banco se posicionou como a primeira instituição financeira nacional a ter a iniciativa visando apoiar as empresas e clientes particulares que tiveram maior dificuldades financeiras com o surgimento desta crise.

No tocante ao capital humano, visando garantir a segurança das equipas e assegurar a continuidade de negócio, foram adotadas medidas de segurança sanitárias, como utilização de máscaras nas instalações, desinfecção das mãos à entrada, redução de número de colaboradores nas instalações em 50% e adoção de trabalho em turno quinzenal por equipa, circulação dos documentos de forma digital, e realização de reuniões por via telemática. O Banco também fez a distribuição de máscaras de forma periódica para os colaboradores, material de desinfecção, e a cada quinzena que coincidia com a mudança de turno procedia-se a desinfestação das instalações. Essas medidas permitiram assegurar a continuidade das atividades do banco dentro de um quadro de segurança para os colaboradores e para os clientes.

A colocação em funcionamento do projeto do workflow de crédito em 2020, conforme previsto, foi crucial neste período em que a circulação de documentos por várias instâncias poderia implicar risco de contaminação pelo vírus de COVID-19. Para além de atualmente permitir que o banco reduza a necessidade de circulação de papel relativamente ao processo de crédito, esta aplicação permite a digitalização do essencial dos documentos que compõem o processo de crédito, o que traduz-se em ganhos efetivos no que se refere ao tempo de tratamento das informações, a redução de custo de impressão e custo de circulação do documento dentro do banco.

O atento acompanhamento das empresas e particulares, bem como, as condições de segurança sanitárias criadas, associadas à criação de soluções informáticas que melhoraram a eficiência de execução das operações mais críticas para o negócio, foram determinantes na garantia da continuidade do negócio nesta conjuntura muito adversa.

Não obstante a situação pandemia e os seus efeitos nefastos para atividade económica e para o negócio do banco, o BISTP manteve o seu foco na busca contínua de geração de confiança e satisfação dos clientes, estando sempre próximo e sendo pró-ativo na apresentação das melhores soluções financeiras para os mesmos.

Não obstante os múltiplos condicionalismos que afetaram negativamente o negócio, forçando a importantes reorganizações dos circuitos operacionais e gestão de equipas, o Banco através de toda a sua equipa encarou o ano de 2020 como um importante desafio e como mais um momento ímpar para renovar o seu compromisso com os seus clientes, colaboradores, Acionistas e todos os stakeholders no que tange a persecução e consolidação de um modelo de negócio assente nos valores de ética, rigor, prudência, transparência e profissionalismo, e mantendo o alcance de "Excelência" em cada eixo estratégico, como o seu propósito em cada ação que empreende, de forma a fortalecer cada vez mais a confiança do mercado na marca BISTP.

5.2Presença Geográfica e Canal de Distribuição

Como instituição financeira pioneira no mercado nacional, e que construiu, ao longo dos anos, uma importante imagem de confiança neste mercado, o BISTP, consegue, não obstante a concorrência de mais bancos no mercado ao longo desses anos, manter-se como o líder destacado em todas as frentes e como um banco de refúgio para os depositantes, refletindo o nível de confiança do mercado relativamente a solidez e perenidade da instituição.

Assim, naturalmente o BISTP mantém todo o seu interesse em consolidar a sua posição da principal e maior instituição financeira do país, liderando a expansão da rede dos serviços financeiros por todo o país.

Com o slogan "BISTP vai mais longe, BISTP está mais perto", o banco mantém viva a sua ambição de levar o serviço financeira cada vez mais próximo da população, quer pelo aumento de número das infra-estrutura físicas (Caixa de Automáticas, POS, Balcões), quer pelo pela aumento e melhoria da capacidade das infra-estruturas tecnológicas (serviços de internet banking e mobile baking). Por entender que ao acesso serviço financeiro pode contribuir positivamente para a melhoria da situação económica e social dos seus usuários, desde logo, a expansão da rede dos serviços financeiros por todo o país está, para o BISTP, totalmente alinhada com a sua Missão e Visão.

É imbuído desta importante missão que o BISTP tem, ao seu nível, estado na linha da frente do processo de reestruturação da rede Dobra24. No quadro deste projeto de reestruturação, que encontra-se numa fase bem avançada, e para o qual se espera estar concluído no primeiro trimestre de 2021, prevê-se uma melhoria substancial na qualidade da rede (infra-estrutura tecnológica), bem como a integração de novos serviços.

Para permitir que os clientes possam usufruir dos beneficios que a nova rede irá trazer, o BISTP irá aumentar o seu parque de máquinas (ATM e POS), a disponibilizar de forma gratuita a renovação dos cartões de débito que ainda estejam dentro do prazo de validade.

Atualmente com 12 agências, com um parque de 23 ATM e 120 POS, o banco detém uma quota de mercado de respetivamente 67%, 74% e 92%. Para 2021 a ambição é duplicar o número de ATM e POS, procurando maior abrangência do território nacional através desses equipamentos, mas, sem descorar, também, eventual possibilidade de criar novos balcões de atendimento visando assegurar uma cobertura total do país e contribuir para a maior bancarização da população.

Não obstante a pretensão de alargamento das infra-estruturas físicas, o BISTP vem investindo cada vez mais na melhoria das suas infra-estruturas tecnológicas, visando assegurar um crescimento em escala de usuários dos serviços financeiros e um acesso aos mesmos de forma mais fácil, cómoda, rápida e segura. Assim em 2021, o Banco espera lançar a seu primeiro APP "BISTP Kwa-Non" compatível com iOS e andróide.

A sua ambição de, paulatinamente, ir aumentando e melhorando as suas infra-estruturas para melhor assegurar uma maior cobertura geográfica, em particular, pelo incremento de parque de ATM's,TPA/POS's e melhoria do serviço de Internet-Banking, está sendo traduzida nos importantes investimentos que o Banco tem realizado nos últimos anos.

06

Principais Áreas de Negócio do Bistp em 2020

Nerum Aleander

6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2020

6.1 Banca de Retalho: Particulares

A crise económica provocada pela pandemia condicionou os planos do Banco relativamente ao aumento do volume de crédito e de outras operações financeiras neste segmento. A desaceleração da atividade económica teve como consequência a redução de rendimentos das famílias, e um potencial aumento de risco de crédito.

Assim, em 2020, não obstante o Banco manter inalterada a sua política de concessão de crédito, houve um reforço de prudência na análise de risco crédito, tanto no momento de concessão, como no acompanhamento. Em resultado dum acompanhamento mais de perto das operações de crédito em curso, o banco procedeu à concessão de moratórias, à luz da NAP 09/2020, e procedeu, em consequência, a um reforço prudencial de provisão para os créditos cujos mutuários apresentaram maiores sinais de fragilidade dos seus rendimentos nesta fase.

Embora se tenha registado um arrefecimento da atividade económica em 2020, o segmento de banca de retalho conheceu uma contração muito ligeira na ordem -0,2%, em termos de volume de crédito. O peso do volume de crédito deste segmento passou a representar 53,7% do crédito global do banco, contra 50,81% em 2019, esta variação é reveladora de uma estabilidade ao nível da carteira de crédito neste segmento, caracterizado por ser menos volátil em comparação com o segmento de empresas. Por essa caraterística menos volátil, a Banca de Retalho tem um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do banco em geral.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu uma contração ligeira na ordem de -1,4%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) caísse para 36,6%, sendo um recuo em 3,87 pontos percentuais face a 2019.

Não obstante a redução do peso dos clientes particulares no volume de crédito e depósitos, passando a ter um peso combinado (Créditos e Depósitos) sobre o total da carteira de crédito e depósitos do banco de 41,66% em 2020, contra 43,8% em 2019, este segmento tem uma importância significativa na estratégia de diversificação do risco, e no reforço da capacidade de resiliência da atividade.

Depósitos

Os depósitos neste segmento registaram uma contração na ordem de -1,4%, sendo que a mesma decorre da redução registada ao nível dos depósitos a prazo (-19,47%). Os depósitos à ordem, que são passivos não remunerados, registaram, pelo contrário, uma expansão na ordem de +5,25%.

PARTICULARES (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)				VARIAÇÃO	
DEPÓSITOS DE CLIENTES (excluídos juros a pagar)	2018	2019	2020	19 Vs. 18	20 Vs. 19
Depósitos a Ordem	693.072.402	650.473.038	684.642.749	-6,15%	5,25%
Depósitos a Prazo	261.833.534	239.391.818	192.792.798	-8,57%	-19,47%
Total de Depósitos de Clientes	954.905.936	889.864.855	877.435.547	-6,81%	-1,40%

Montante em STN

Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN877.435, traduzindo-se numa redução de mSTN-12.429 face a 2019, ou seja -1,4%.

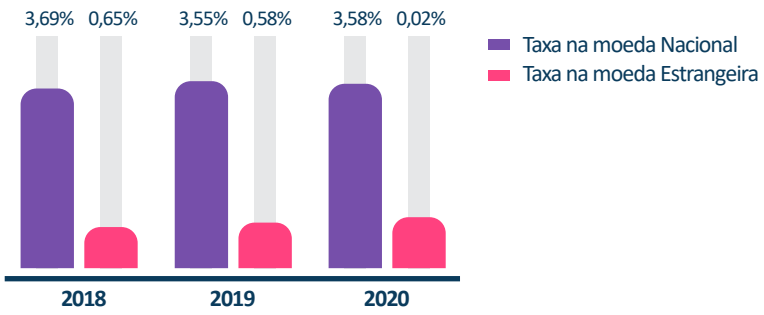
O crescimento dos depósitos à ordem em +5,25% face a 2019, mesmo em período de crise, reflete a estabilidade da carteira de depósitos neste segmento e a confiança que os clientes depositam na solidez da instituição. Importa salientar que a situação de fragilidade financeira ou falência das instituições financeiras mais pequenas que se tem vindo a registar ao longo dos anos - e em 2020 não foi excepção, com o Energy Bank, banco de capital nigeriano, a ser intervencionado - tem reforçado a posição do BISTP como banco de refúgio, o que certamente contribuiu para o crescimento dos depósitos à ordem em 2020.

Com este crescimento, o peso dos depósitos à ordem em 2020, passou a 78,03% no total dos depósitos neste segmento, contra 21,97% dos depósitos a prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, verifica-se uma ligeira subida na taxa média ponderada em STN, decorrente do vencimento de alguns depósitos a prazo com taxas mais baixas, mas que não foram renovados. Apesar do ligeiro aumento da taxa média, salienta-se que o banco vem ajustando em baixa a sua taxa de remuneração dos depósitos a prazo. Porém, o impacto dessas reduções de taxa só afetam os novos contratos de depósito a prazo. Os depósitos a prazo em curso com maturidades mais longas não são impactados por essas reduções. Tendo em conta que o volume de depósito a prazo tem vindo a cair, refletindo um menor volume de novos contratos de depósito a prazo, constata-se que a taxa média ponderada está a ser mais influenciada pelos contratos mais antigos.

	Maturidade dos Depósitos a prazo 2020	
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	**Capital**	**Taxa Média Ponderada**
Até 6 meses	51.183.734	0,87%
De 6 a 12 meses	70.722.172	0,88%
Mais de 12 meses	70.886.891	6,41%
Total	**192.792.798**	**2,91%**

Desagregação por moeda da Taxa de Captação (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (68,24% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (31,76%).

Peso dos depósitos por moeda

Crédito

Perante um cenário mais adverso, o banco, apesar de manter praticamente inalterada a sua política de crédito, viu-se, todavia, na necessidade de elevar os seus critérios de análise de risco de crédito.

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2020, conheceu uma contração marginal na ordem de 0,2% face a 2019, correspondendo a uma redução em termos absolutos de -mSTN1.199.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2018		2019		2020		VARIAÇÃO HOMÓLOGA 19 Vs.18		VARIAÇÃO HOMÓLOGA 20 Vs.19	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	5.097	436.884.246	5.374	457.981.758	4.906	435.122.522	5,4%	5,3%	-8,7%	-5,4%
Crédito Irregular	136	72.692.211	178	80.931.297	511	102.592.394	30,9%	8,8%	187,1%	29,8%
Descobertos	1.186	1.408.508	2.763	1.138.709	3.304	1.138.265	133%	-19,2%	19,6%	0,0%
Total da Carteira de Créditos	**6.419**	**510.984.964**	**8.315**	**540.051.764**	**8.721**	**538.853.181**	**29,5%**	**5,7%**	**4,9%**	**-0,2%**

Montantes em STN

O volume de crédito em situação regular registou uma contração (-5,4%), ao passo que o crédito de risco registou um crescimento (+29,8%), sendo esta evolução o reflexo da conjuntura de estagnação de atividade económica que caracterizou o ano de 2020.

CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR							VARIAÇÃO			
Carteira de Crédito	2018		2019		2020		19 Vs.18		20 Vs.19	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habitação c/ Garantia										
Hipotecária	169	117.774.601	155	102.327.901	145	94.137.240	-8,3%	-13,1%	-6,5%	-8,0%
Consumo	1.525	67.959.472	1.512	74.838.171	1.328	72.401.459	-1,2%	10,1%	-11,9%	-3,3%
Automóvel	10	1.835.906	10	2.410.899	11	3.547.379	0,0%	31,3%	10,0%	47,1%
Saúde	16	1.447.732	15	1.200.318	7	394.810	-0,06	-17,1%	-53,3%	-67,1%
Outros a particulares	3.377	247.866.535	3.692	279.082.896	3.415	264.641.635	9,2%	12,6%	-7,4%	-5,2%
Total Crédito Regular (1)	**5.097**	**436.884.246**	**5.374**	**459.860.185**	**4.906**	**435.122.522**	**5,4%**	**5,3%**	**-8,7%**	**-5,4%**

Montantes em STN

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma contração em quase todas finalidades de crédito, com exepção de crédito para aquisição de automóveis que conheceu um crescimento em volume em torno de 47,1%. O crédito ao consumo foi o que, no grupo das finalidades, registou a menor contração (-3,3%), ao passo que o crédito à saúde e a habitação, registaram as maiores quedas, respetivamente -67,1% e -8,0%.

Apesar das ações realizadas visando o acompanhamento e recuperação dos créditos, um ambiente económico menos favorável contrariou os esforços das áreas de recuperação, liderada pelo Gabinete de Recuperação de Crédito em estreita cooperação com o Gabinete Jurídico, e conduziu a um aumento do crédito irregular (+29,8%).

Importa salientar que por questões prudenciais o banco elevou o nível de risco para os créditos, apesar de não terem mais de 90 dias de prestação em atraso, através de reforço de provisão, o que, também, concorreu para o aumento do volume de créditos com atraso a mais de 90 dias na ordem de 57%.

No tocante ao crédito em contencioso, importa salientar que a via de recuperação que tem tido alguma eficácia é a extra-judicial, com resultado na recuperação/amortização de créditos em atraso e em contencioso, havendo perspetivas de se poder continuar a recuperação gradualmente destes créditos no futuro. Enquanto que por via dos tribunais não tem sido possível a resolução em tempo útil dos processos de crédito malparado, sendo este um grande fator condicionador

do sucesso dos esforços de recuperação.

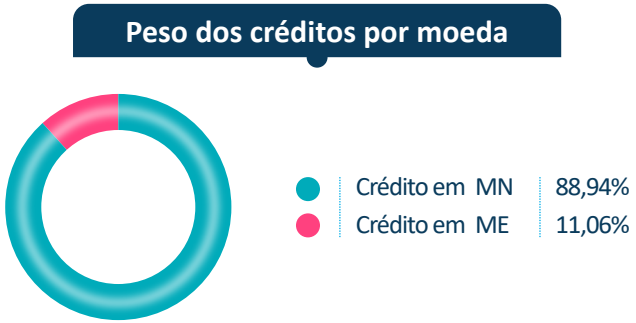
CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR							VARIAÇÃO			
Carteira de Crédito	2018		2019		2020		19 Vs.18		20 Vs.19	
Crédito Irregular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Habitação com Garantia										
Hipotecária	16	20.798.454	24	24.621.925	27	30.319.714	50,0%	18,4%	12,5%	23,1%
Consumo	23	521.299	41	1.298.817	127	5.204.168	78,3%	149,2%	209,8%	300,7%
Automóvel	2	1.153.163	1	1.004.656	3	1.789.955	-50,0%	-12,9%	200,0%	78,2%
Saúde	1	59.259	2	67.659	0	-	1	14,2%	-100,0%	-100,0%
Outros	57	25.964.432	75	22.844.115	320	40.927.921	31,6%	-12,0%	326,7%	79,2%
Total de créditos com atrasos > 90 dias	**99**	**48.496.606,64**	**143**	**49.837.171,38**	**477**	**78.241.757,40**	**44,4%**	**2,8%**	**233,6%**	**57,0%**
Contencioso										
Habitação com Garantia										
Hipotecária	3	2.257.739,10	6	6.637.782,25	7	7.103.188,87	100,0%	194,0%	16,7%	7,0%
Consumo	9	3.555.023,12	8	3.418.740,64	9	3.292.084,19	-11,1%	-3,8%	12,5%	-3,7%
Outros	25	18.382.841,99	21	19.159.175,74	18	13.955.363,50	-16,0%	4,2%	-14,3%	-27,2%
Total de créditos em contencioso	**37**	**24.195.604,21**	**35**	**29.215.698,63**	**34**	**24.350.636,56**	**-5,4%**	**20,7%**	**-2,9%**	**-16,7%**
Total Crédito Irregular (2)	**136**	**72.692.210,85**	**178**	**79.052.870,01**	**511**	**102.592.393,95**	**30,9%**	**8,8%**	**187,1%**	**29,8%**

Montantes em STN

Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

- Aumento do peso do crédito irregular no total de crédito deste segmento, passando de 14,6% em 2019 para 19,0% em 2020.
- Aumento do nível de cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 15,2%, contra 14,1% em 2019.
- O crédito em atraso a mais de 90 dias fixou-se em mSTN78.242, contra mSTN49.837 em 2019, ou seja, um aumento de 57,0%. Porém, o volume de créditos com 90 dias ou mais de prestação em atraso efetivo corresponde a mSTN21.855, e os que estão em dia ou têm atrasos inferiores a 90 dias, mas que para os quais o banco entende haver um incremento potencial de risco, corresponde a STN56.387.
- O crédito em contencioso conheceu uma contração (-16,7%), tendo passado de mSTN29.215 para mSTN 24.351, em resultado de recuperação de créditos por via de dação em pagamento.
- O banco tem mantido uma política de provisão muito prudente e rigorosa, tendo o essencial de crédito em situação irregular devidamente provisionado. Em 2020 a cobertura de provisão para cobrança duvidosa sobre a carteira irregular era de 70%, apesar de representar uma queda em 10 pontos percentuais face a 2019, a cobertura ainda é confortável. Essa redução em termos de cobertura deve-se, essencialmente, ao facto que os novos créditos que entraram para a situação irregular terem níveis de provisão mais baixos, diluindo assim a cobertura média da provisão pelo crédito.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido ao cliente à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes é na moeda local, tem-se registado um maior peso do crédito na moeda local em detrimento da moeda estrangeira.



6.2 Banca Corporativa: Empresa se Instituições

As empresas, em particular da área de turismos e serviços conexos, foram duramente afetadas pelas consequências económicas e sanitárias causadas pela pandemia. As medidas de combate ao COVID-19 conduziram, praticamente, à suspensão das atividades de algumas empresas, e a uma redução substancial do volume negócios. Muitas empresas viram-se obrigadas a encerrar as suas portas temporariamente e a despedir funcionários.

Em face de uma conjuntura nada favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para rotação do stock quer para investimento/expansão de negócios.

Neste cenário pouco animador e de risco acrescido, o banco procurou manter-se ao lado das empresas, sendo proativo, concedendo moratória às empresas que operam nos sectores mais afetados economicamente e concedendo financiamentos mais ajustados às necessidades e ao momento das empresas.

O segmento **Empresas e Instituições** tinha um peso respetivamente de 46,3% e 63,4% do total da carteira de crédito e de depósitos em 2020.

Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2020 um crescimento na ordem de 16,11%, representando um incremento de mSTN210.725, sustentado pelo crescimento em 19,7% dos depósitos à ordem, ao passo que o depósito a prazo registou uma contração na ordem de -87,1%.

A contração dos depósitos a prazo justifica-se, essencialmente pelo facto de alguns depósitos a prazo (depósitos dos grandes depositantes) terem atingido o seu vencimento e transferidos para a conta de depósitos à ordem. Esta magnitude de variação dos depósitos a prazo verificada, evidencia muita concentração e pouca estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

Segmentação de depósitos por tipo

EMPRESA (CARTEIRA DE DEPÓSITOS DE CLIENTES)				VARIAÇÃO	
CARTEIRA DE DEPÓSITOS (excluídos juros a pagar)	2018	2019	2020	19 Vs. 18	20 Vs. 19
Depósitos a Ordem	1.073.217.340	1.268.148.486	1.513.396.721	17,82%	19,68%
Depósitos a Prazo	85.982.434	43.803.535	5.639.651	-49,06%	-87,13%
Total de Depósitos de Clientes	1.159.199.775	1.311.952.022	1.519.036.373	12,86%	16,11%

Montante em STN

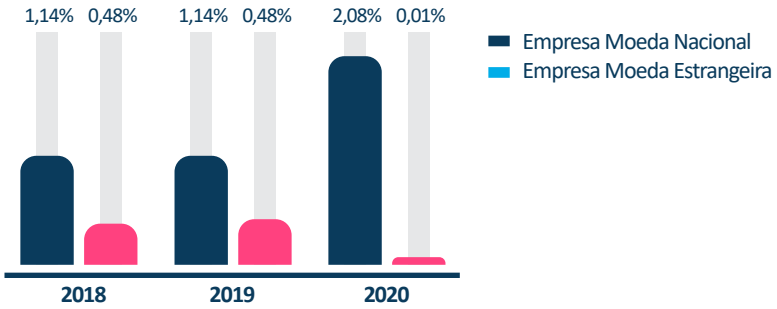
No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional representam 80,0% do total dos depósitos, contra 76,6% em 2019.

Peso dos depósitos por moeda

As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas, apesar de um ligeiro aumento, em resultado do vencimento de alguns depósitos de maior volume que dispunham de taxas mais baixas. Os depósitos a prazo deste segmento são mais voláteis e tendem, geralmente, ir à procura de melhores rentabilidades.

	Maturidade dos Depósitos a prazo 2020	
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	**Capital**	**Taxa Média Ponderada**
Até 6 meses	1.464.280	1,00%
De 6 a 12 meses	415.026	0,67%
Mais de 12 meses	3.760.346	2,40%
Total	**5.639.652**	**1,91%**

Taxa de Captação por grupo de moedas (Média Ponderada)



Depósitos

O crédito à economia conheceu uma contração (-11,16%), o que em termos absolutos representou uma redução de mSTN58.354. Esta evolução vem evidenciar, o impacto da conjuntura adversa na procura de crédito bancário por parte das empresas. Ainda assim, o BISTP tem estado atento às pequenas oportunidades de negócios que surgem e tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa, em particular.

CARTEIRA DE CRÉDITO (EXCLUÍDOS JUROS A RECEBER)	2018		2019		2020		VARIAÇÃO HOMÓLOGA 19 Vs.18		VARIAÇÃO HOMÓLOGA 20 Vs.19	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	77	217.072.274	74	240.789.113	63	295.024.113	-3,9%	10,9%	-14,9%	22,5%
Crédito Irregular	45	172.776.670	41	144.895.246	42	152.558.391	-8,9%	-16,1%	2,4%	5,3%
Descobertos	26	134.375.190	65	137.229.460	90	16.977.259	150,0%	2,1%	38,5%	-87,6%
Total da Carteira de Créditos	**148**	**524.224.134**	**180**	**522.913.819**	**195**	**464.559.763**	**21,6%**	**-0,2%**	**8,3%**	**-11,16%**

Montantes em STN

CARTEIRA DE CRÉDITO - REGULAR							VARIAÇÃO			
Carteira de Crédito	2018		2019		2020		19 Vs.18		20 Vs.19	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Comercio	34	48.709.552	32	52.512.362	26	52.851.735	-5,9%	7,8%	-18,8%	0,6%
Construção	7	43.673.189	8	35.010.383	7	33.493.924	14,3%	-19,8%	-12,5%	-4,3%
Serviços	23	15.849.338	21	58.228.572	16	44.756.272	-8,7%	267,4%	-23,8%	-23,1%
Agricultura	5	2.489.711	3	1.958.960	3	2.055.503	-40,0%	-21,3%	0,0%	4,9%
Outros*	8	106.350.483	10	93.078.837	11	161.866.680	25,0%	-12,5%	10,0%	73,9%
Total Crédito Regular	**77**	**217.072.274**	**74**	**240.789.113**	**63**	**295.024.113**	**-3,9%**	**10,9%**	**-14,9%**	**22,5%**

Montantes em STN

*(Empresas; instituições Públicas e Outras empresas privadas)

O crescimento marginal do crédito ao comércio e a contração do crédito ao setor de construção, reflete a fraca dinâmica da economia em 2020. As obras públicas que normalmente dinamizam o setor de construção escassearam, em face da dificuldade financeira do Estado, fazendo com que as empresas que operam nesse ramo de atividade retraíssem a sua procura por financiamento bancário. Associado a este facto, algumas empresas foram amortizando as suas dívidas, acentuando ainda mais o impacto na redução da carteira.

CARTEIRA DE CRÉDITO - IRREGULAR							VARIAÇÃO			
Carteira de Crédito	2018		2019		2020		19 Vs.18		20 Vs.19	
Crédito Irregular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Comercio	13	20.798.454	24	24.621.925	27	30.319.714	50,0%	18,4%	12,5%	23,1%
Construção	2	521.299	41	1.298.817	127	5.204.168	78,3%	149,2%	209,8%	300,7%
Serviços	3	1.153.163	1	1.004.656	3	1.789.955	-50,0%	-12,9%	200,0%	78,2%
Agricultura	2	59.259	2	67.659	0	-	1	14,2%	-100,0%	-100,0%
Outros	2	25.964.432	75	22.844.115	320	40.927.921	31,6%	-12,0%	326,7%	79,2%
Total de créditos com atrasos > 90 dias	**22**	**67.864.500**	**17**	**28.727.590**	**16**	**12.180.224**	**-22,7%**	**-57,7%**	**-5,9%**	**-57,6%**
Contencioso	14	67.945.526	14	79.335.200	17	103.633.461	0,0%	16,8%	21,4%	30,6%
Comercio	2	23.120.326	2	23.120.326	2	23.120.326	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção	5	9.307.058	5	9.179.163	5	9.093.531	0,0%	-1,4%	0,0%	-0,9%
Serviços	1	184.688	1	184.688	1	184.688	0	0,0%	0,0%	0,0%
Agricultura	1	4.354.572	2	4.348.279	1	4.346.160	100,0%	-0,1%	-50,0%	0,0%
Outros										
Total de créditos em contencioso	**23**	**104.912.170**	**24**	**116.167.656**	**26**	**140.378.167**	**4,3%**	**10,7%**	**8,3%**	**20,8%**
Total Crédito Irregular (2)	**45**	**172.776.670**	**41**	**144.895.246**	**42**	**152.558.391**	**-8,9%**	**-16,1%**	**2,4%**	**5,3%**

Montantes em STN

O crédito irregular conheceu em 2020 uma expansão em torno de 5,3%, levado pelo crescimento de crédito em contencioso, que cresceu 20,8%, ao passo que o crédito em atraso por mais e 90 dias caiu em -57,6%, sendo que o crédito ao comércio é o principal responsável tanto pela redução do crédito em atraso > 90 dias, como pelo aumento do crédito em contencioso, evidenciando, em certa medida, uma permuta e um agravamento do nível de risco neste segmento.

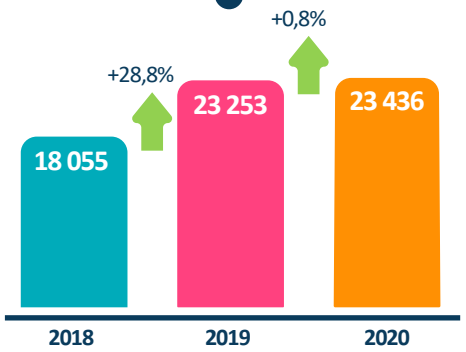
No tocante à qualidade da carteira, salienta-se que apesar dos esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação de crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e judiciais (excesso de morosidade no tratamento judicial dos contenciosos) continuam a condicionar melhores resultados em termos de recuperação dos créditos em situação irregular, em particular dos créditos em contencioso. Em resultado das condicionantes atrás mencionadas, o peso do crédito irregular sobre o total de crédito neste segmento ainda é elevado (32,8%), apesar de uma ligeira contração face ao ano de 2019, em que este rácio se fixou em 27,7%.

Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa com a provisão total a cobrir 32,8% do crédito total deste segmento e a provisão para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 96,9% dos créditos irregulares (crédito em atraso superior a 90 dias e em contencioso), apesar de uma ligeira contração em torno 2,7 pontos percentuais, quando comparado com 2019.

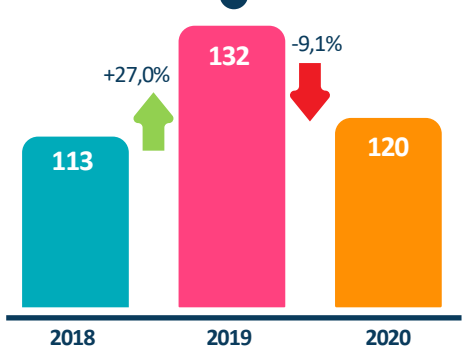
No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2020, o crédito em moeda nacional tinha um peso de 95,49% contra 95,9% em 2019.Este peso do crédito na moeda nacional resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

Peso dos créditos por natureza de moeda

Cartões de Débito (número)



TPA/POS (número)



6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Débito e e-Banking)

Cartão de Débito – "Dobra 24"

No âmbito da política de massificação da banca eletrónica, o Banco continua promovendo estímulos à subscrição e utilização dos serviços eletrónicos. A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking tem sido estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito.

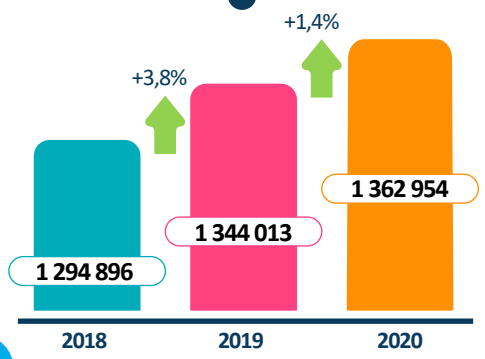
A dinamização comercial e marketing visando maior disseminação dos serviços eletrónicos tem concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrónica.

Apesar de alguma relutância dos comerciantes na adesão ao TPA/ POS, em alguns dos casos por razões de mera resistência à mudança e noutras por questão do custo associado, tem sido possível aumentar paulatinamente o número deste meio de pagamento no mercado. As campanhas de marketing tem tido um impacto importante neste aumento.

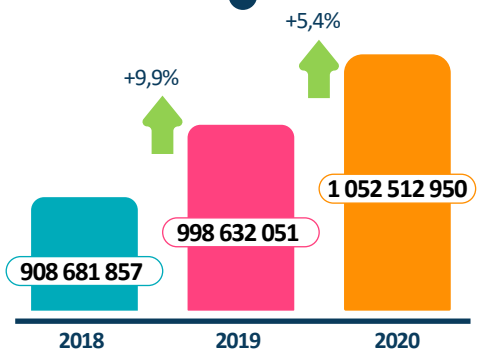
Ainda no que concerne à promoção visando o maior uso de cartões, à imagem dos anos anteriores, foi realizada, no mês de dezembro, a já tradicional campanha promocional "Compra Fácil, é com cartão BISTP" que tem visado o incentivo ao uso de cartões de débito nas compras.

Com o efeito dessas campanhas e aumento do número de cartões de débito, estamos a registar um aumento anual tanto do número como no volume de transações. O número total de transações efetuadas nas ATM e TPA/POS foram de 1.344.013, representando um crescimento de 3,8% e o volume transacionado foi de mSTN 998.632, isto é, mais 9,9% que no ano de 2018.

Número de Transações (ATM e POS)

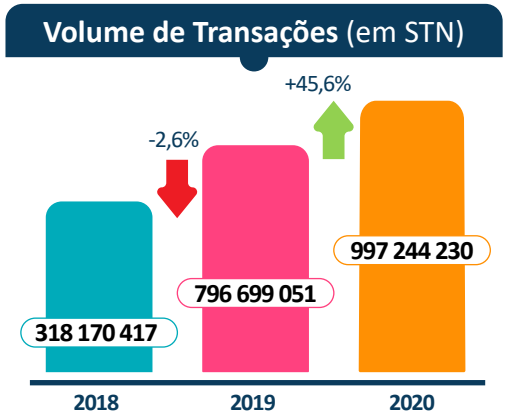


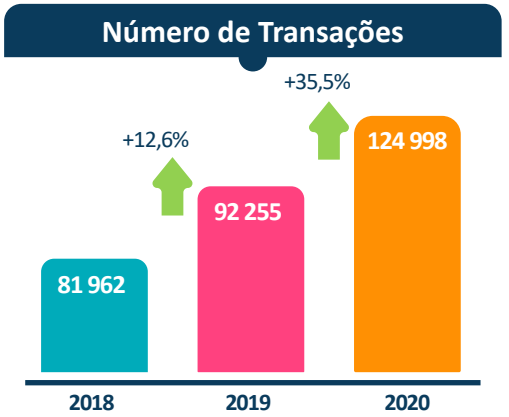
Volume de Transações (ATM e POS)



Além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de ir permitindo ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes ao balcão para realizarem operações de levantamento, transferências e consultas de saldos e de movimentos na conta.

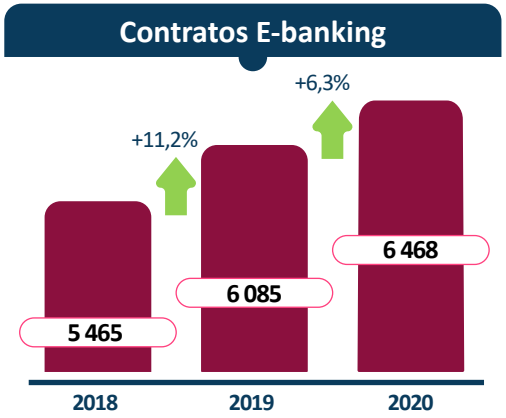
Para responder à procura cada vez mais crescente dos meios de pagamento automático (ATM e TPA/POS), foi aprovado um plano de restruturação e melhoria da rede pela sociedade gestora da rede Dobra 24 (SPAUT). As melhorias esperadas deste serviço poderão contribuir para a política de massificação do número de cartões de débito e colocação de TPA/POS desenvolvida pelo Banco.





E-banking (Kwa-Non)

O número de usuários do serviço internet banking (kwa-Non) tem, de igual modo, vindo a crescer,assim como o número e o volume de transações realizadas neste canal.



Vinca Rosa

7. PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO

Gabinete de Gestão de Risco (GGR)

Ao longo do ano 2020, não obstante a pandemia COVID-19, o Banco prosseguiu com a disseminação e aperfeiçoamento do Sistema de Controlo Interno, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

Apetência pelo risco

O BISTP desenvolve as suas atividades de negócios com prudência e de forma controlada e sustentável, e, procura sempre adequar e compatibilizar os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definidos em função da sustentabilidade e rentabilidade de médio-longo prazo.

Assim, o Banco define e implementa controlos e limites para os riscos que considera serem materialmente relevantes aos quais a sua atividade se encontra exposta. Este processo é suportado a partir da "Declaração de Apetência pelo Risco" – o RAS (RiskApetite Statement) cujos princípios gerais assentam em declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Estes princípios derivam e estão alinhados com a estratégia de negócio e do entendimento dos trade-offs de risco-benefício resultantes e, fazem parte da cultura e estratégia do Banco, suportando todas as suas atividades.

A Apetência pelo Risco está especificada por declarações qualitativas e por métricas quantitativas, quer no global que em cada categoria de risco.

Para cada métrica, foram definidos até quatro valores: Objetivo – define o nível ótimo de risco que cada unidade de negócio define no seu processo de planeamento por forma a cumprir com os objetivos estratégicos estabelecidos; Tolerância - determina um nível de risco preocupante que deve resultar na consideração de medidas corretivas; Limite - representa um nível de risco que constitui ameaça séria ao negócio e que, portanto, requer ação imediata; Trigger do Plano de Recuperação: define um nível associado à avaliação da necessidade de lançamento, por parte da gestão do Banco, de medidas de recuperação.

Todos os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governance competentes definidos nos normativos internos, sendo periodicamente revistos e atualizados.

Estratégia de risco

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto o conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui um dos vetores orientadores da "Estratégia de Risco" do BISTP, sendo esta aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, sob proposta do Gabinete de Gestão de Risco, sendo previamente apreciada pela Comissão Executiva (CE) e pela Comissão de Riscos (CR). Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Banco por forma a endereçar a mitigação ou controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Banco.

Logo, o RAS e o Modelo de Governação da Apetência pelo Risco (Riskapptite Framework) são elementos indissociáveis e fulcrais da gestão de risco do BISTP, ambos visando o controlo e mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo de identificação de riscos.

Integração entre o negócio e a gestão de risco

A estrutura de apetite pelo risco – que inclui a identificação dos riscos materiais, o RAS e RAF – é revista pelo menos uma vez por ano, sempre que a monitorização trimestral o aconselhe. O processo formaliza a abordagem global, incluindo políticas, processos, controlos e sistemas, através dos quais a Apetência pelo Risco é definida, comunicada, monitorizada e operacionalizada. Assim, são definidos os seguintes elementos:

- Áreas envolvidas e respetivas funções e responsabilidades;
- Responsabilidade por métricas e limites;
- Coreografia de monitorização e reporte do risco;
- Mecanismos de resposta a quebra de nível de tolerância ou de limite;
- Modelo de integração da Apetência pelo Risco em práticas de gestão;
- Processos para a revisão e atualização do RAS/RAF;

Além disso, existe uma interação, em ambos os sentidos, entre a definição da estrutura de apetite pelo risco do Banco e os objetivos de negócio, representados ao nível do planeamento e orçamentação do negócio. Assim, a estrutura de apetite pelo risco condiciona a envolvente de objetivos de negócio uma vez que o plano de negócio respeita os limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, ou seja, a rendibilidade está subordinada ao risco.

Por conseguinte, as estruturas de objetivos de negócio e as de apetite pelo risco constituem os pilares para a prossecução das atividades e linhas de negócio desenvolvidas, constituindo em si, balizas/limites dos controlos globais sobre a robustez financeira do BISTP, como sejam os testes de esforço e os processos internos de avaliação da adequação do Capital e da Liquidez.

Controlo Interno

A função de Gestão de Risco é parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Banco, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, concorrendo desta forma para um ambiente de controlo interno sólido e delimitação de riscos sobre o qual o Banco desenvolve as suas atividades de negócio, bem como as de suporte ao negócio.

No âmbito do SCI, as funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o sistema de gestão de risco (SGR) do Banco, que se materializa num conjunto integrado de recursos, normas e processos que contribuem para assegurar um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, visando alcançar os objetivos de negócio do Banco de forma sustentável e prudente.

Neste âmbito, o SCI e o SGR proporcionam ao BISTP a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos – internos e/ou externos – a que o Banco se encontra exposto, visando garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis, bem como dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

Assim, o SGR corporiza a chamada "2ª Linha de defesa" em relação aos riscos a que as atividades do Banco se encontram expostas. Importa ainda referir que, a 1ª Linha de Defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Banco – suportado por um processo de formação e consciencialização quanto aos riscos, bem como na delimitação das atividades através de um sistema de normas internas (SNI) completa e detalhada – e por último, mas não menos importante a 3ª Linha de Defesa é desenvolvida através da função de Auditoria Interna, de forma transversal e independente.

Importa ainda referir que, o SCI:

- É suportado por um sistema de informação e comunicação que visa assegurar a captação, tratamento, partilha e divulgação interna/externa de informação relevantes sobre o negócio, de forma abrangente consistente, das atividades desenvolvidas e os riscos que incidem sobre as mesmas, de forma tempestiva e fiável.

- O sistema comporta monitorização contínua, sendo registadas as insuficiências de controlo interno – sob a forma de recomendações/deficiências ou oportunidades de melhoria – para correção/erradicação e, eventualmente, reporte regulamentar, caso a situação exija.

Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco do BISTP e a estratégia de risco, gerais, atuais e futuras, da instituição, tendo em conta todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais da instituição;

- Supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, bem como o modelo de negócio e estratégia de risco da instituição apresentando ao Conselho de Administração planos de correção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;

- Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do BISTP, financeiros e não financeiros, designadamente os riscos de negócio e estratégia, de solvência, de liquidez, de taxa de juro, de crédito, de mercado, operacional, de IT, de Compliance e de reputação, cambial e político;

- Avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BISTP, nomeadamente através da avaliação das recomendações de auditores internos ou externos, e monitorizar a devida implementação das medidas adotadas;

  Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BISTP.

Comissão de Auditoria e Controlo Interno

A Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI), eleita pela Conselho de Administração, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BISTP, das normas e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;

- Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função;

- Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados, em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), bem como nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;

- Acompanhar a atividade da Comissão Executiva;
- Proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco, acompanhando as avaliações autónomas complementares que são atribuídas à Função de Auditoria Interna, conforme emanações das autoridades de supervisão e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno.

Risk Office

O Risk Office é a unidade de estrutura responsável pela função de controlo de risco a nível transversal do BISTP, a função é desenvolvida por um Órgão de Estrutura, nomeadamente Gabinete de Gestão de Risco – GGR, exceto o risco de Compliance que é tratado na unidade de estrutura própria para o efeito (Gabinete de Compliance). Compete ao GGR informar a Comissão de Riscos do nível de risco, propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os mecanismos que assegurem a cumprimento dos limites aprovados. As funções do GGR, resumidamente descritas e enumerados, são as seguintes:

- Assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências ou melhorar o sistema;
- Aconselhamento e apresentação à Comissão Executiva e à Comissão de Riscos da situação resultante do acompanhamento periódico feito aos riscos em processo de monitorização, bem como indicar se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências;
- Divulgação de orientações e metodologias de gestão dos riscos aos Órgãos de Estrutura;
- Definição de modelos de reporte para as funções congéneres;

  Monitorização dos riscos e a aplicação das metodologias partilhadas e divulgadas.

Principais desenvolvimentos e realizações em 2020

Em 2020, a função de gestão de riscos manteve o enfoque no processo de implementação das métricas programadas, bem como no aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo de riscos já implementados, nomeadamente na monitorização permanente dos níveis de risco a que o Banco está exposto em relação aos limites de tolerância do RAS assegurado, e, ao mesmo tempo, manter o Banco em total conformidade com os requisitos regulamentares e/ou de supervisão e consequentemente mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna que se adequa ao controlo e gestão de riscos.

As atividades mais relevantes desenvolvidas em 2020 foram, grosso modo, as seguintes:

- Participação na definição e implementação do Plano de Contingência do BISTP face à pandemia da COVID-19 (e.g. definição de critérios para reforço de provisão visando acomodar os impactos da pandemia nos clientes com crédito; lançamento de inquérito aos agentes económicos com exposição relevantes na carteira de crédito; acompanhamento e monitorização da implementação, no Banco, das medidas adotadas pelas autoridades para fazer face à pandemia (moratória legal);
- Melhoria Contínua do modelo de governo, medição e controlo de risco ao nível do Banco;

- Melhoria na eficácia do sistema de controlo interno;
- Melhoria no sistema de controlo de risco de liquidez;

Risco de crédito

Este risco consubstancia-se em perdas registadas na carteira de crédito, quer seja por incapacidade dos devedores principais da operação de crédito (Mutuários), ou pelos garantes da operação, caso existam, dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Por conseguinte, este tipo de risco acaba sendo o mais relevante, representando, no global, a maior fatia da exposição global ao risco do Banco.

A pandemia COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia COVID-19 (ainda vivida no início do ano 2021 – altura da elaboração do presente relatório), que acabou por se constituir como sendo um evento de contingência global sem precedentes e afetou de forma significativa as atividades do Banco.

A operacionalidade do Banco, bem como a proteção dos Colaboradores e Clientes, foi assegurada (continua sendo) através da ativação do plano de Contingência para Continuidade do Negócio, decorrente do PCN do Banco (Plano de Continuidade do Negócio), que implicaram adoção de medidas tais como: Teletrabalho para equipa de resguardo e/ou colaboradores inseridos no grupo de risco – com reforço do sistema de segurança ao nível da conectividade com o sistema do Banco; distribuição e instalação de materiais de proteção e a adoção de regras de ocupação de espaços e de movimentação dos utilizadores do Banco, devendo os mesmos respeitar e cumprir todas as medidas assinaladas e instaladas.

Na perspetiva transacional, é fundamental destacar-se o impacto consubstanciado em esforço operativo e em risco operacional acrescido, em torno do processo de materialização da moratória legal, tanto ao nível de créditos a particulares como de empresas, porquanto, implicaram, a partir do mês de maio de 2020, um gigantesco esforço para se materializar todas as moratórias e carregá-las na aplicação em tempo oportuno, processo que exigiu desenvolvimento do software core do Banco.

Ainda no âmbito da moratório legal, importa destacar a modalidade adotada pelas autoridades nacionais, ou seja, as moratórias concedidas proibiram os bancos de calcular e contabilizar juros durante o período da moratória, e, consequentemente, capitalizá-los. Grosso modo, acabaram por ser uma espécie de suspensão temporário (6 meses com mais 3

de prorrogação, em 2020) da dívida, sem que o Cliente tenha que pagar um preço (juro) pelo capital que ainda se encontra/encontrava na sua posse. Ora, a adoção desta metodologia de moratória, impactou negativamente nas receitas, estando ainda os bancos expostos ao risco no processo de cobertura de seguros em operações de crédito, porquanto, a concessão de moratória implicou a prorrogação do plano financeiro e não foram adotadas medidas legais para cobrir a exposição para além do plano inicial acordado com a segurado (i.e. capital em dívida, por força da dilatação do prazo inicial da operação, que acabaram por ficar não cobertos pelos seguros, vida e multirriscos). Este fenómeno especial de moratória legal ainda continua, não obstante ser só para atividades ligadas ao turismo e afins, porquanto as autoridades governamentais decidiram prorrogar por mais 3 meses (Janeiro-Março de 2021) a concessão de moratória para o setor atrás referido.

Gestão da continuidade do negócio

A gestão da continuidade do negócio do BISTP está versada no Plano de Continuidade do Negócio que se encontra segmentado, grosso modo, em dois grandes grupos - Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Tenológica. O processo de disseminação e aperfeiçoamento de cada um dos segmentos ainda está em curso.

Conforme referido anteriormente, a ocorrência da pandemia COVID-19 originou a ativação de um plano de contingência específico, ainda no primeiro semestre de 2020: Plano de Contingência do BISTP a Pandemia COVID-19. No âmbito do referido plano, o Banco, visando a continuidade do negócio implementou um conjunto de medidas de resposta às ameaças, seguindo as orientações das autoridades sanitárias e em articulação com os seus Stakeholders, tais como:

- Definição de procedimentos para responder aos casos de emergências em face das ocorrências (sistema de deteção e procedimentos de encaminhamento de Colaboradores afetados, criação de áreas de isolamento);

- Ao nível das medidas de prevenção e proteção, foi criado, através do Gabinete de Marketing – GMK, canais de disseminação de informação útil sobre a problemática da prevenção e proteção (e.g. comportamentos a adotar); distribuição de equipamentos de proteção, nomeadamente luvas, máscaras, desinfetantes de mãos, separadores em acrílico; regras de ocupação do espaço para evitar aglomerações; delimitação do pavimento com distância mínima recomendada pelas autoridades, em todos os edifícios do banco de atendimento ao público, e, reforço das rotinas de limpeza, bem como desinfestação periódica das instalações;

- Medidas no âmbito da continuidade do negócio, nomeadamente criação de equipas de resguardo (equipa que deve estar apta para substituir outra equipa em caso de contaminação); desenvolvimento de condições para colocação de alguns colaboradores em teletrabalho, etc.

Para o ano de 2021, o GGR prevê a prossecução dos processos, e, a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.

08

Vinca Branca

Recursos Humanos

8. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2020 ao nível do Capital Humano, foi marcado por impacto negativo da pandemia de covid-19 que obrigou ao nível de gestão RH efetuar adaptações e alterações nos instrumentos de gestão e nas políticas estratégicas definidas. Assim, face a este novo contexto, houve necessidade de alteração da lógica de trabalho, com prioridade ao recurso de sistema de teletrabalho e trabalho por turno.

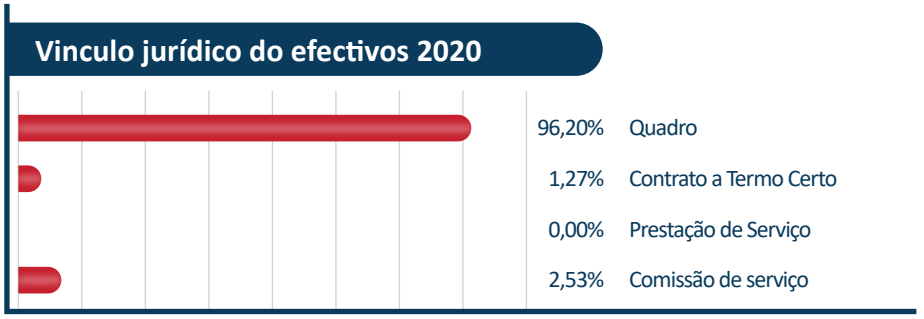
Com o avanço da pandemia, o foco do RH em 2020, centrou-se na gestão preventiva, em articulação com o Security Officer, executando as orientações das ordens de serviços criadas para o efeito, visando reduzir o risco de contágio dentro da instituição. Assim, procurou-se disseminar dentro da instituição informações relativas aos cuidados e comportamentos responsáveis a terem, para se protegerem e protegerem os outros. Foi também criado um canal para realização de testes PCR de forma a despistar o estado serológico do colaborador que manifestar algum tipo de sintoma ou que esteve em contacto direto com alguém que testou positivo ao Covid-19.

O RH tinha, de igual modo, a responsabilidade de acompanhar a evolução dos colaboradores que testaram positivo ao Covid-19 e que se encontravam em isolamento domiciliar e, fazer a gestão da reintegração dos mesmos à equipa de trabalho, após cumprindo todo o protocolo definido pelas autoridades sanitárias e refletidas na ordem de serviço em vigor no banco.

Desta forma foi possível manter os colaboradores a trabalhar no ambiente sanitário mais seguro, minimizar o risco de contaminação em massa no interior da instituição, e dispor de um nível de recursos humanos adequado para garantir a continuidade da atividade do Banco numa conjuntura deveras atípica.

Distribuição por Vínculo Jurídico

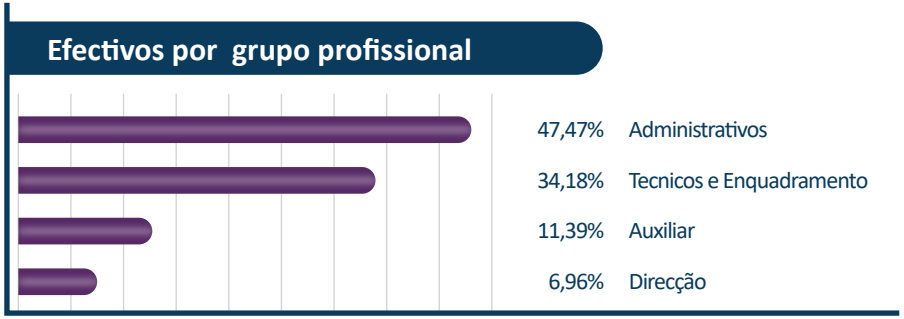
Em 2020, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 158 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 6 em regime de prestação de serviço e 149 com vínculo efetivo.



Distribuição Funcional

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (77), e representavam 47,47% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro técnico e com funções de enquadramento representam cerca de 34,18% do efetivo. O grupo

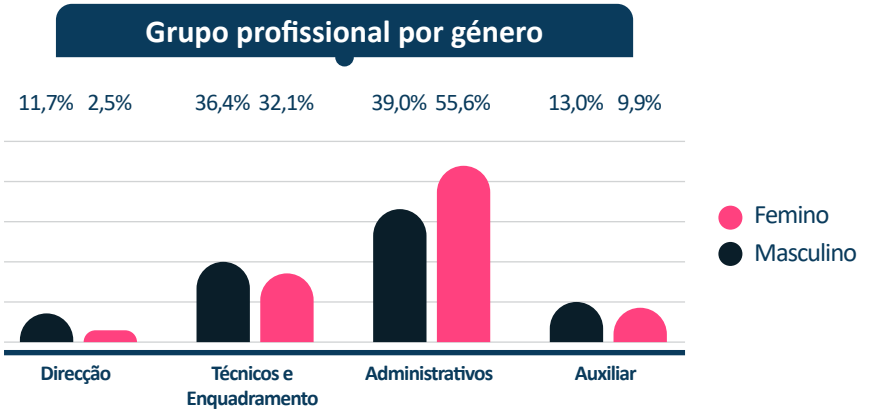
profissional com funções de direção (11 elementos) representa cerca de 6,96% do total do efetivo.



Distribuição segundo género

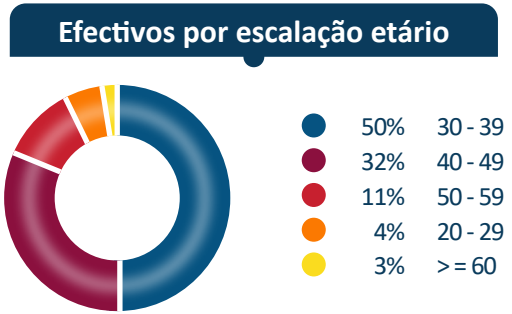
Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o aumento de número das mulheres (81 empregados do sexo feminino e 77 masculino). Desta distribuição compreende-se facilmente que se regista um ligeiro aumento da taxa de feminização (51,27%).

Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.



Distribuição por escalão etário

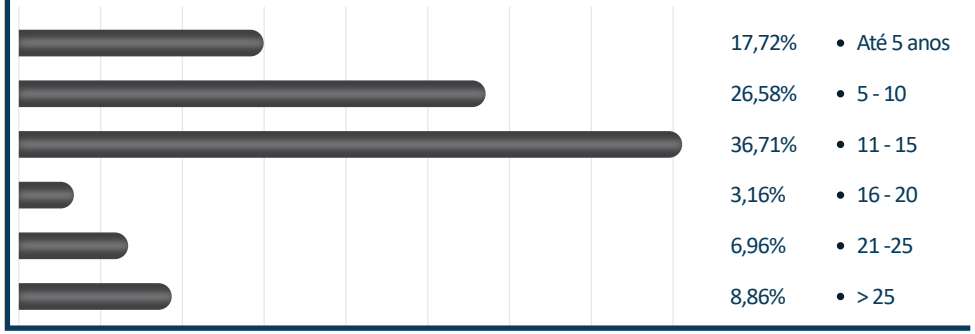
O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo, em 2020 representavam 50% dos efetivos do BISTP.



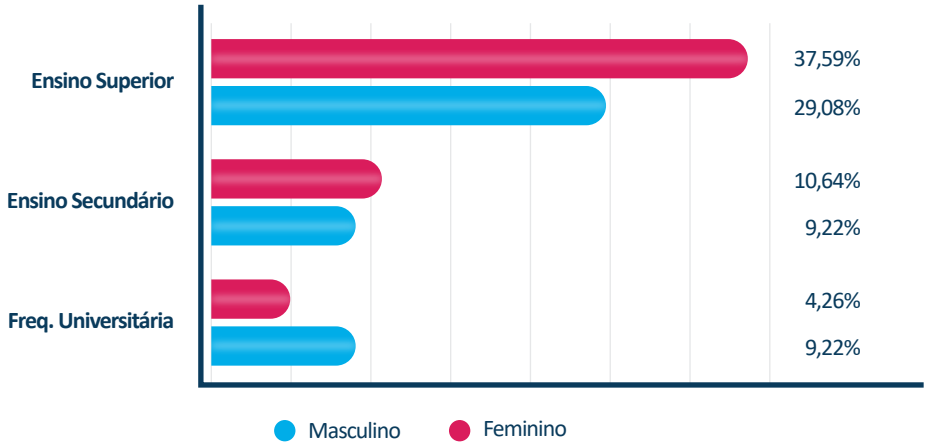
Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 36,71% dos colaboradores situa-se entre os “11 a 15 anos”.

Estrutura de antiguidade



Distribuição por habitação literária por género



Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2020 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 66,67% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancária).

Distribuição por habilitação literária

09

Bigónia Gigante (Endémica)

Responsabilidade Social

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social implica a noção de que uma empresa não tem apenas o objecto de fazer lucro e além de trazer benefícios financeiros às pessoas que trabalham na empresa, também deve contribuir socialmente para o seu meio envolvente.

A responsabilidade Social (RS) é um conceito que engloba as ações voluntárias de empresas que atuam em benefício do seu público, tanto interno quanto externo. As organizações socialmente responsáveis são aquelas que repensam suas posturas, comportamentos e condutas atuais e, dessa forma, se estruturam para colocar em prática atitudes que promovam o bem-estar dos envolvidos

Como sempre, BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos não apenas pelos interesses monetário – lucro, mas, conforme tem-se verificado, também pelos outros detentores de interesse como, por exemplo, os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objectivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os Clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado então, um fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 27 anos de existência, bem como, para a sociedade São-Tomense nas suas várias vertentes.

O ano 2020, como é de conhecimento público e mundial, foi um ano atípico derivado da pandemia por COVID-19, neste campo (RS), o BISTP optou por canalizar grande parte dos seus recursos para o apoio ao Ministério da Saúde no combate a esta pandemia. No entanto, deu continuidade ao seu contributo anual à Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e à Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) que têm desenvolvido um trabalho excecional nestas áreas, continuou apoiando mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro e anualmente na compra de materiais escolares para estes, assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de acções que têm como objectivo a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

Educação

O direito à educação foi reconhecido por alguns governos e pelas Nações Unidas.

Como tem sido referido, um dos principais pilares de uma sociedade e um dos meios identificados para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP em 2020, manteve os contratos com as Universidades de STP – USTP, em que atribui prémios aos melhores alunos finalistas de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, a atribuição de bolsas de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, e com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição para Investimentos em laboratórios, além do protocolo de colaboração com o projecto de mestrado integrado da USTP - INTRA-ÁFRICAPAX LUSÓFONA, cujo intuito é o de elevar a qualidade de ensino e da investigação, proporcionando uma experiência de mobilidade entre as demais universidades parceiras, por meio de um programa de ensino pós-graduado.

Desporto

Os objetivos do desporto podem ser, além da competição, também recreativos,

ou de melhoria da saúde, ou ainda de melhoria de aptidão física e/ou mental.

Nesta área em 2020, dada a situação pandemia, não foram realizadas grandes atividades, pois os sucessivos estados de emergência e de calamidade em saúde pública decretadas pelo Governo São-Tomense não permitiram a prática desportiva. No entanto, no início do ano, o BISTP patrocinou a Federação de Canoagem e Surf de STP na preparação para os Jogos Olímpicos.

Cultura

Em 2020 a realização de atividades culturais foi completamente suprimida, de modo que apenas no final do ano foi possível ser feito o lançamento do Livro Comandante da Polícia Nacional, Superintendente Roldão dos Santos Dias Boa Morte - "**A Prova Testemunhal: A Razão Antropológica da sua Força Processual**" que foi um descortinar sobre a realidade do Estado de Direito Democrático e foi feita correlação com a jurisprudência são-tomense.

De referir que o BISTP tem há mais de 12 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de actividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

Outros apoios importantes atribuídos em 2020:

Destaque vai para o Patrocínio ao Ministério da Saúde, apoiando o Plano de Contingência com a entrega de dois Ventiladores e diversos outros equipamentos de saúde para combate ao COVID-19 (em cerca de EUR 50.000,00).

- Financiamento de 3 lavatórios ao Hospital Dr. Ayres de Menezes para o combate ao Covid-19;

- Patrocínio a "Campanha Não Feche os Olhos: Proteja as nossas Crianças e Adolescentes contra o abuso sexual", representado por várias Associações, cujos objetivos são de chamar atenção das autoridades nacionais para um maior esforço no combate à Violência Sexual conta menores em STP e conseguir o envolvimento de Associações civis e da sociedade em geral nesta luta, inseridas no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher

10. ANÁLISE FINANCEIRA

10.1 Componentes do Balanço

Em 2020 a atividade do banco foi duramente afetada com a estagnação da atividade económica, mas também, e em grande medida, pelas medidas económicas tomadas pelas autoridades reguladores, através da NAP 07/2020, que se traduziram em perdas substanciais de receitas para o Banco, tanto em termos de receitas de juros, como em receitas de comissão.

Apesar dos impactos negativos que as medidas tomadas para conter o avança da pandemia trouxeram para a economia em geral, e as medidas económicas, em particular as plasmadas na NAP 07/2020, trouxeram para os bancos, o BISTP, conseguiu manter os seus resultados em terreno positivo, e apresentar uma sólida posição de liquidez e solvabilidade, demonstrando desta forma que o seu modelo de negócio tem uma grande capacidade de resiliência e que encontra-se adequadamente diversificado neste mercado.

Assim, em 2020 o ativo total do banco cresceu em 4,87%, sustentado essencialmente pelo crescimento das reservas mantidas no Banco Central. O passivo também cresceu, na ordem de 5,93%, resultante do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou uma ligeira queda de -1,01%, decorrente da queda de resultado liquido do exercício em -42,86% e das provisões para riscos gerais em -10,72%, sendo que este último foi em virtude da redução de volume de créditos classificados na classe normal.

O volume de crédito bruto sobre clientes registou uma contração na ordem de -5,48%, o que, em termos absolutos, representa uma queda de mSTN 58.498, quando comparado com o ano de 2019.

Relativamente à qualidade da carteira salienta-se que, não obstante os esforços imprimidos ao nível da recuperação, o nível histórico de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, ainda é elevado, tendo-se registado um crescimento deste rácio, para 25,40%, contra 21,04% no ano anterior, sendo que este crescimento está intrinsecamente relacionado com a conjuntura económica adversa que marcou o ano de 2020. O volume de crédito em situação irregular fixou-se em mSTN 256.164, contra mSTN 224.493 em 2019.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para a deterioração da carteira de crédito, o Banco tem adotado uma postura conservadora, elevando o seu nível de cobertura de provisão. Em 2020 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevam-se a mSTN219.408. Assim, o stock de provisão em balanço registou um crescimento de 4,92% face a 2019 (ano em que a provisão tinha-se fixado em mSTN209.120). A cobertura de provisão sobre o crédito irregular em 2020 era de 85,7%, evidenciando uma política de provisionamento bastante conservadora, apesar de uma redução face a 2019 em 7,5 pontos percentuais.

As “Aplicações em Instituições de Crédito” cresceram em 6,45% (mSTN 19.181), essencialmente em dólares americanos, decorrentes de taxas de remuneração mais atrativas que estão a ser praticadas, quando comparado com taxas euribor.

As “Aplicações em Títulos” conheceram uma queda na ordem de 29,9%, sendo um contração em termos absolutos de mSTN 175.056, resultado de um menor volume de subscrição dos Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, justificada pela necessidade de adoção de uma gestão mais prudencial no que toca à exposição ao risco da dívida soberana.

O aumento das disponibilidades no Banco Central na ordem de 67,45% decorre

essencialmente do menor volume de investimentos em Bilhetes de Tesouro.

Relativamente à captação de recursos, importa salientar que, apesar da contínua intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos, e a manutenção de baixas taxas de remuneração dos passivos, os depósitos de clientes no Banco, cresceram na ordem de 8,85% fixando-se em mSTN2.398.666, demonstrando uma forte estabilidade dos depósitos. Essa performance na capacidade de captação e manutenção de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco consegue transmitir aos seus clientes.

O nível de transformação (Crédito Líquido /Depósitos de Clientes) continua ainda a ser relativamente baixo. Em 2020 este rácio deteriorou-se, em resultado da contração do crédito, tendo fixado-se em 32,93% contra 38,93% em 2019.

10.2 Componentes da Demonstração de Resultados

A evolução negativa da carteira de crédito, associada à moratória, que traduziu-se no perdão de juros de crédito para todos clientes que, a luz da NAP 07/2020, solicitaram a moratória, concorreram para uma contração dos juros cobrados sobre as operações de crédito na ordem de -15,51%. De igual modo, a NAP 07/2020 obrigou a redução em 50% das comissões associadas ao crédito, o que levou à redução "Outros Juros e Proveitos Equiparados" em -15,01% face a 2019.

Os juros recebidos sobre as aplicações em depósitos a prazo em outras instituições de crédito no exterior conheceram uma queda de -41,04% em resultado da redução das taxas de remuneração das aplicações no mercado internacional, decorrente das medidas tomadas pelos países na redução das taxas diretoras próximas de zero.

Os juros de títulos conheceram uma subida moderada em 7,19%, decorrente de um volume médio de títulos mantidos em carteira superior ao de 2019.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma contração na ordem de 12,68%. Esta redução dos juros pagos resulta dos ajustes em baixa das taxas de captação de depósitos a prazo que o Banco tem feito, face do excesso de liquidez existente no mercado e de poucas alternativas para rentabilizar adequadamente esses depósitos captados.

A margem financeira caiu em -14,92%, levada pela contração dos juros de crédito e aplicações financeiras.

Com a desvalorização do dólar americano no mercado internacional ao longo de 2020, e dispondo o banco de uma posição longa nesta moeda, registou-se um menor resultado de reavaliação cambial em 2020, tendo este sido de mSTN 6.582 , contra mSTN 11.860 em 2019, traduzindo-se numa queda na ordem de -44,50%.

O menor crescimento das comissões líquidas na ordem de 3,97%, justificado em grande medida pelas implicações da NAP 07/2020, que obrigou os bancos a reduzirem as comissões de venda de cheques e de cartões de débito ao seu custo de aquisição, não permitiu a que o Banco pudesse registar uma expansão da sua margem complementar.

Em resultado da redução da Margem Complementar e da Margem Financeira, o Produto Global de Atividade conheceu, de igual modo, uma queda na ordem de -13,10%.

O Custo Operativo registou uma contração, embora ligeira, de -1,12%, levado pela redução das despesas com "Fornecimentos e Serviços de Terceiros" na ordem de -9,9%. Contrariamente a esta evolução, os custos com pessoal tiveram um crescimento na ordem de 4,63%, justificada pela atualização salarial dos órgãos de gestão e dos colaboradores.

O aumento das dotações de provisão em 160,17%, justifica-se essencialmente pelo potencial aumento do nível de risco de crédito em face das dificuldades económicas e financeiras provocada pela pandemia de COVID-19. Assim houve em 2020 um reforço prudencial de provisão .

O Resultado Líquido para o ano de 2020, em virtude das inúmeras condicionantes que impactaram negativamente as fontes de receitas, registou uma contração face ao ano de 2019, na ordem de -42,86%, sendo uma redução de mSTN26.714.

Apesar desta contração, denota-se que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível manter os resultados em terreno positivo, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do banco e bem como uma rápida capacidade de adaptação às novas condições do mercado.

11

Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

Gervão-azul

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Em analogia e idêntica proporção em relação aos anos anteriores, o Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 35.610.772 (Trinta e cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e setenta e duas dobras), referente ao exercício de 2020, tenha a seguinte aplicação:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	3.561.077
Reservas Livres	30%	10.683.231
Acionistas	60%	21.366.463
Resultado Líquido	**100%**	**35.610.772**

Montantes em STN

12. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

EY
Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L (adiante igualmente designado por "Entidade" ou "Banco"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.944.383.490 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN), um total de situação líquida de 425.772.926 STN, incluindo um resultado líquido de 35.610.772 STN, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética do IESBA (*International Ethics Standards Board for Accountants*).

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Provisões e imparidade para a carteira de crédito sobre clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de Dezembro de 2020, o valor bruto da rubrica Créditos sobre clientes (Nota 6) ascende a 1.008.573 milhares de STN e as provisões para crédito irregular reconhecidas a deduzir a esta rubrica ascendem a 219.408 milhares de STN. Adicionalmente, o Banco apresenta provisões para crédito regular e para posições extrapatrimoniais reconhecidas na rubrica Provisões diversas (Notas 15) na Situação líquida, no montante de total de 17.381 milhares de STN. O impacto nos resultados da dotação de provisões do ano registados na rubrica Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações (Nota 15) ascende a 10.108 milhares de STN. A política contabilística que retrata o tratamento contabilístico conferido às provisões para riscos de crédito é divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea c). As provisões são apuradas conforme previsto na Norma de Aplicação Permanente ("NAP") 07/2007 - "Classificação de Activos e Provisões" do Banco Central de São Tomé e Príncipe ("BCSTP"). Esta NAP prevê a classificação das operações de crédito em classes de risco que refletem o escalonamento temporal dos créditos e juros vencidos em função do período decorrido após o vencimento das prestações de crédito. Tal como descrito na Nota 2.1. o BCSTP autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares. Conforme previsto no artigo 4.º da NAP 07/2007 a obrigação de classificação dos ativos e constituição de provisão não abrange os direitos garantidos ou detidos sobre o Estado de São Tomé e Príncipe. Em resposta à pandemia COVID-19, o Decreto-Lei n.º 7/2020, de 7 de maio, complementado pela NAP 07/2020, de 22 de maio, emitida pelo BCSTP, introduziu a possibilidade de moratórias sobre os créditos, que permitiram aos devedores adiar até 6 meses o pagamento das suas prestações, sem serem considerados incumprimentos e sem capitalização de juros. Estas moratórias suspenderam a contagem de dias em atraso, o que aumentou o julgamento inerente à identificação de créditos de cobrança duvidosa ou com risco de perda. Em 29 de janeiro de 2021, o BCSTP comunicou ao Banco a Deliberação n.º 2/2021, de 28 de janeiro, do Venerando Conselho de Ministros, de prorrogar até ao mês de março de 2021 a moratória bancária acima referida, às empresas e aos trabalhadores subordinados e por conta própria afetos aos sectores do turismo e afins, hotelaria, restauração, aviação, artistas e profissionais músico-culturais e de artesanato.	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente: ▸ Obtivemos o entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade e provisões regulamentares para o crédito a clientes e testámos a eficácia operacional dos principais controlos implementados, incluindo para os clientes abrangidos pelas moratórias; ▸ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo das provisões para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▸ Realizámos testes sobre a aplicação da metodologia de cálculo das provisões regulamentares definidas pela NAP 07/2007 do BCSTP e sobre a aplicação das regras previstas na NAP 07/2020 para os devedores com moratória; ▸ Selecionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: (i) a análise da informação disponível sobre o negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais; (ii) indagações para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados na determinação do valor recuperável; e (iii) impactos estimados pelo Banco para refletir os efeitos da pandemia COVID-19; ▸ Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os princípios geralmente aceites no setor bancário em São Tomé e os registos contabilísticos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Neste contexto, em 31 de dezembro de 2020 existiam 22 operações de crédito com moratória que ascendem a STN 37.564.866, representando 3,74% do total de crédito (Nota 6). Considerando que a pandemia diminuiu a previsibilidade da evolução da economia e da capacidade financeira das empresas e particulares que atuam nas atividades mais impactadas pela mesma, a determinação das perdas da carteira de crédito a clientes é mais incerta. A significativa expressão das rubricas de crédito sobre clientes e a imprevisibilidade da atividade económica com impactos no apuramento das provisões que lhes estão associadas, requerendo a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte do órgão de gestão do Banco, justificam que este assunto represente uma matéria relevante de auditoria.	

2. Valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica "Outros ativos" (Nota 9) apresenta um montante bruto de 35.066 milhares de STN associado a imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito e um montante de provisão reconhecido a deduzir a esta rubrica que ascende a 10.006 milhares de STN. De acordo com a política contabilística em vigor no Banco, divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea d), os imóveis são objeto de avaliações periódicas realizadas por avaliadores independentes, que dão origem ao registo de perdas por imparidade quando o valor decorrente dessas avaliações é inferior ao seu valor líquido contabilístico. O justo valor dos imóveis resulta de um processo de estimativa do órgão de gestão que se baseia em julgamentos e pressupostos e é consubstanciado numa avaliação periódica efetuada por um especialista contratado. Os pressupostos considerados incluem a melhor utilização que pode ser dada ao ativo, o que constitui uma transação comparável ou o valor potencial do rendimento que pode ser obtido com o imóvel. Devido à pandemia COVID-19 a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido ao incremento potencial do prazo para venda dos imóveis e do prémio de risco exigido por potenciais investidores. Nos exercícios de 2019 e 2020 o Banco optou por constituir provisões adicionais especificas para estes imóveis, em função da sua antiguidade em carteira, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade em relação à última avaliação de 2018. Os Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito constituíram uma matéria relevante de auditoria pela sua significativa expressão e por requererem a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte do órgão de gestão do	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem de procedimentos substantivos, designadamente: ► Entendimento do processo de valorização dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ► Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ► Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ► Realização de testes de detalhe ao cálculo das provisões adicionais específicas em função da antiguidade em carteira; ► Análise dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para aferir da sua concordância com os registos contabilísticos e às divulgações, para análise da sua plenitude face aos normativos existentes.

EY
Building a better working world

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2020

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Banco no que respeita à sua valorização e à determinação das correspondentes perdas por imparidade, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferente das estimadas.	

Responsabilidade do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida

até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

Lisboa, 5 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM n.º 20160841

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanço em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

		2020			2019			
ATIVO	Notas	Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2020	2019
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	1,042,924,243		1,042,924,243	658,429,128	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	111,820,075		111,820,075	134,341,442	À vista	11	2,197,239,470	1,918,587,020
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	316,676,668		316,676,668	297,474,102	A prazo ou com pré-aviso	11	201,427,244	285,051,048
Créditos sobre clientes	6	1,008,572,874	(219,407,943)	789,164,931	857,972,776	Recursos de outras entidades	12	11,367,040	12,582,563
Titulos de investimento	7	409,827,206		409,827,206	584,883,721	Outros passivos	13	44,440,005	95,566,733
Imobilizações corpóreas	8	394,933,299	(174,712,021)	220,221,278	229,278,881	Contas de regularização	14	64,136,805	65,811,755
Imobilizações incorpóreas	8	41,229,915	(32,854,316)	8,375,599	6,744,609	Total do Passivo		**2,518,610,563**	**2,377,599,119**
Imobilizações em curso	8	3,285,425		3,285,425	1,708,685	Capital	16	166,600,000	166,600,000
Imobilizações financeiras	8	2,940,000	(2,940,000)	-	-	Reservas	16	201,267,690	176,337,574
Outros ativos	9	46,633,610	(10,005,932)	36,627,678	33,655,730	Resultados transitados	16	933,876	933,877
Contas de regularização	10	5,460,387		5,460,387	3,231,098	Provisões diversas	15	21,360,589	23,924,315
						Resultado do exercício	16	35,610,772	62,325,287
						Total de Situação Líquida		**425,772,926**	**430,121,053**
Total do Ativo		**3,384,303,702**	**(439,920,212)**	**2,944,383,490**	**2,807,720,172**	**Total do Passivo e da Situação Líquida**		**2,944,383,490**	**2,807,720,172**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

_____

O Conselho de Administração

_____

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares	20	121,909,957	143,093,288
Juros e encargos similares	20	(6,422,686)	(7,355,140)
MARGEM FINANCEIRA		115,487,271	135,738,149
Rendimentos de serviços e Comissões	21	99,284,360	89,188,057
Encargos com serviços e Comissões	21	(16,441,626)	(9,505,375)
Resultado Liquido de Operações Cambiais	22	6,582,038	11,860,421
Outros Resultados de Exploração	23	8,143,103	17,905,576
PRODUTO BANCÁRIO		213,055,145	245,186,827
Custos com o Pessoal	24	(82,527,213)	(78,877,147)
Gastos Gerais Administrativos	25	(46,485,605)	(51,594,040)
Amortizações do Exercício	8	(21,806,546)	(25,167,596)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	(10,108,005)	1,050,026
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(3,327,026)	(6,213,886)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		48,800,751	84,384,181
Imposto sobre o rendimento	19	13,189,979	22,058,894
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**35,610,772**	**62,325,287**

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração de alteração na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

		Reservas								
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total	Provisões diversas	Resultado liquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercicios anteriores	Total
Saldos em 31-12-2018	166.600.000	32.389.496	892.214	31.139.164	88.194.956	152.615.831	18.505.139	59.304.358	933.877	397.959.205
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	5.930.436	-	-	17.791.307	23.721.743	-	(23.721.743)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(35.582.615)	-	(35.582.615)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.325.287	-	62.325.287
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	5.419.176	-	-	5.419.176
Saldos em 31-12-2019	166.600.000	38.319.932	892.214	31.139.164	105.986.264	176.337.574	23.924.315	62.325.287	933.877	430.121.053
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.232.529	-	-	18.697.586	24.930.115	-	(24.930.115)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.395.172)	-	(37.395.172)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.610.772	-	35.610.772
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(2.563.726)	-	-	(2.563.726)
Saldos em 31-12-2020	166.600.000	44.552.461	892.214	31.139.164	124.683.850	201.267.689	21.360.589	35.610.772	933.877	425.772.927

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de Caixa	2020	2019
Actividades Operacionais		
Resultado Líquido do execício	35,610,772	62,325,287
Ajustamentos:	0	
Amortizações do Exercício	21,806,546	25,167,599
Provisões e Imparidade	13,435,031	5,163,861
Variações nos activos e passivos operacionais	0	
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	(19,180,979)	(15,232,100)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	62,500,553	(34,963,570)
(Aumento) / diminuição de outros activos	(11,254,643)	4,154,727
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	195,028,645	87,947,775
(Aumento) / diminuição de outros passivos	(40,613,451)	47,867,066
Fluxo de Actividades Operacionais	**257,332,474**	**182,430,643**
Actividades de Investimento		
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:		
Obrigações e outros títulos	182,927,094	(259,882,822)
Imobilizações Corpóreas	(14,899,002)	(3,258,727)
Imobilizações Incorpóreas	(5,309,882)	(2,122,030)
Fluxo da Actividade de Investimento	**162,718,210**	**(265,263,579)**
Actividade de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(37,395,172)	(17,079,655)
Liquidação de IRC 2019 e Pagamento por Conta 2020	(20,681,764)	(4,359,786)
Fluxo da Actividade de Financiamento	**(58,076,936)**	**(21,439,441)**
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	361,973,748	(104,272,377)
Caixa e seus equivalente no ínicio do período	792,770,571	897,042,948
Caixa e seus equivalente no final do período	**1,154,744,318**	**792,770,571**

14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BISTP"), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2020, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor ainda de 3 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata, Lembá e Caué.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

- o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;

- os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

- as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39/IFRS 9;

- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Divulgações" apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 05 de Março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020 o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções, acima listadas, às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2018 e 2019, menos o reconhecimento dos títulos em carteira, e que

orientava o BISTP a cumprir com as disposições do PCIF no ponto 6 do capítulo "III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO".

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em Dezembro de 2020, o Banco Central de Príncipe emitiu uma nova comunicação prorrogando todas condições de procedimento contabilístico mencionadas na comunicação de 05 de Março de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 18 de Março de 2021 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2020 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2020	2019
1USD	19,9495 STN	21,8965 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultado líquido de operações cambiais".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2020 e 2019 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para a carteira não significativa, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 07/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Para as exposições extrapatrimonial, o Banco passou, a partir de 2018, a constituir provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

Nos termos destas Normas, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

a) Normal
b) Sob supervisão
c) Abaixo do normal
d) Crédito duvidoso
e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

As provisões apuradas pela análise individual de imparidade e para os clientes nas categorias abaixo do normal, crédito duvidoso e perda são registadas a crédito na rubrica de "Crédito sobre clientes" no ativo.

As provisões para as categorias normal e sob supervisão e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de "Provisões diversas" na situação líquida.

A obrigação de classificação dos ativos e constituição de provisão não abrange os direitos detidos sobre o Estado de S. Tomé e Príncipe ou garantidos por ele, conforme o artigo 4º da NAP 07/2007.

Em resposta à pandemia COVID-19, o Decreto-Lei n.º 7/2020, de 7 de maio, complementado pela NAP 07/2020, de 22 de maio, introduziu um leque de moratórias sobre os créditos que permitiram aos devedores adiar até 6 meses o pagamento das suas prestações, sem serem considerados incumprimentos e sem capitalização de juros. Estas moratórias suspenderam a contagem de dias em atraso o que aumentou o julgamento inerente à identificação de créditos de cobrança duvidosa ou com risco de perda.

Em 29 de janeiro de 2021, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe comunicou ao Banco a Deliberação n.º 2/2021, de 28 de janeiro, do Venerando Conselho de Ministros, de prorrogar até ao mês de março de 2021 a moratória bancária acima referida, às empresas e aos trabalhadores subordinados e por conta própria afetos aos sectores do turismo e afins, hotelaria, restauração, aviação, artistas e profissionais músico-culturais e de artesanato.

d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do principal do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com

processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Durante o exercício de 2018, e de forma a avaliar o justo valor dos imóveis recebidos em dação de pagamento, o Banco solicitou avaliações independentes. Foram registadas provisões caso o justo valor estimado pelo avaliador independente seja inferior ao valor contabilístico.

Nos exercícios de 2019 e 2020 o Banco optou por constituir provisões adicionais específicas para esses imóveis, em função da sua antiguidade, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade.

As provisões para Bens em dação de pagamento são registadas igualmente na rubrica "Outros ativos" (Nota 9), a abater ao valor bruto do bem.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de "Gastos Gerais Administrativos".

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os seus títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao valor nominal e correspondem a Bilhetes do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os títulos são contabilizados no ativo pelo seu valor nominal, e apresentados no balanço na linha designada por "Títulos de investimento".

O valor do desconto é contabilizado no passivo na rubrica "Receitas com proveito deferido" (Nota 14), e apresentado na linha designada por "Contas de regularização"

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Imobilizações financeiras" corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica "Outros resultados de exploração" da demonstração de resultados.

É ainda de referir que os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20% sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da suprareferida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica "Provisões diversas" da situação líquida, no montante de STN 21,510,168. Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

A distribuição deste montante teve carácter de benefício de curto prazo pelo que o Banco apenas fará contribuições adicionais em anos seguintes caso assim o decida. O Banco não ficará com nenhuma responsabilidade para com o fundo.

A percentagem detida por cada um dos colaboradores foi calculada tendo por base a antiguidade e vencimento médio destes. Foram beneficiários deste prémio os colaboradores do Banco a 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu a totalidade das provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante STN 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem no Banco titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica "Custos a pagar", sendo registados na "Contas de regularização" (Nota 14) e apresentado nos resultados na categoria de "Custos com pessoal" .

k) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2019 e 2018 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

l) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

n) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou

a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Caixa		
Notas e moedas nacionais	56,693,119	51,372,753
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	9,758,043	15,958,258
Em Dólares dos Estados Unidos	3,858,712	9,311,662
Em outras divisas	9,336,696	6,529,710
	79,646,571	83,172,382
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	876,410,506	499,406,487
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	76,730,497	64,615,230
Em Dólares dos Estados Unidos	10,136,670	11,235,029
	963,277,673	575,256,746
	1,042,924,243	658,429,128

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Cheques a cobrar		
No estrangeiro	37,975	56,889
No país	4,895,793	1,108,779
	4,933,768	1,165,668
Títulos a cobrar no país	28,254,050	276,712
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	58,578,064	77,097,796
Cash Advance		
Banca Eletrónica		
Sucursal de França	159,089	289,097
Banco Comercial Português	12,695,009	39,247,899
Banco Santander Totta	3,418,620	13,445,179
Banco Angolano de Investimento - An	3,591,127	2,589,072
Banco Caixa Angola		-
Outras Instituições de Crédito	188,218	228,730
	78,630,127	132,897,773
Outras disponibilidades	2,130	1,290
	111,820,075	134,341,442

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Títulos a cobrar no país" é composta por "Ordens Bancárias" da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de janeiro do respetivo ano subsequente.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro. Os Certificados do Banco Central de S. Tomé e Príncipe são de rendimento fixo de 1% anual, com a maturidade de 30 dias.

2020

	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	0.19%	3,200,000	63,838,400	28,302	63,866,702
Banco Comercial Português	USD	1.80%	6,600,000	131,666,700	2,212,001	133,878,701
Banco Comercial Português	USD	0.29%	1,000,000	19,949,500	19,124	19,968,624
Banco Comercial Português	USD	0.29%	2,175,000	43,390,163	41,594	43,431,757
Certificado de Depósitos Banco Central	STN	1.00%	55,509,298	55,509,298	21,587	55,530,885
				314,354,060	2,322,607	316,676,668

2019

	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Banco Angolano de Investimento-BAI	USD	2.26%	1,000,000	21,896,500	25,981	21,922,481
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	3,250,000	71,163,625	469,680	71,633,305
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	2,300,000	50,361,950	332,389	50,694,339
Caixa Geral de Depósitos	USD	1.80%	670,000	14,670,655	96,826	14,767,481
Banco Comercial Português	USD	3.00%	6,150,000	134,663,475	3,793,021	138,456,496
				292,756,205	4,717,897	297,474,102

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

		2020			2019		
		Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Prazo Residual	Até três meses	187,175,998	2,233,588	189,409,585	156,559,975	3,819,002	160,378,977
	Entre três meses e um ano	127,178,063	89,020	127,267,082	136,196,230	898,895	137,095,125
		314,354,060	2,322,607	316,676,668	292,756,205	4,717,897	297,474,102

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Crédito Regular:		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	2,558,046	2,301,106
Empréstimos	679,715,246	641,964,089
Crédito em conta corrente	19,870,454	18,236,631
Descobertos em depósitos à ordem	17,097,871	137,811,403
	719,241,616	800,313,228
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	26,924,055	36,926,667
Crédito em conta corrente	1,078,835	1,220,806
Descobertos em depósitos à ordem	4,345	11,800
Outros Créditos	-	-
	28,007,235	38,159,273
Total de crédito regular(1)	747,248,852	838,472,501
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional:		
Capital	203,276,968	170,032,783
Juros	368,666	480,444
	203,645,633	170,513,227
- Moeda Estrangeira:		
Capital	52,471,728	53,933,612
Juros	46,731	46,244
	52,518,459	53,979,856
Total de crédito irregular (2)	256,164,092	224,493,083
Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)	1,003,412,944	1,062,965,584
Juros a receber de crédito concedido (4)	5,159,930	4,127,392
Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)	1,008,572,874	1,067,092,976
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	(219,407,943)	(209,120,200)
Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)	789,164,931	857,972,776

Tendo por base a divisão entre crédito regular e irregular à luz da Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a carteira de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 segmenta-se da seguinte forma:

	2020	2019
Crédito Regular		
Normal	695,879,629	775,941,652
Sob supervisão	51,369,223	62,530,848
	747,248,852	838,472,501

	2020	2019
Crédito Irregular		
Abaixo do normal	36,676,691	6,950,991
Crédito duvidoso	28,155,738	29,775,495
Perda	26,602,859	42,383,243
Crédito em cobrança coerciva	164,728,803	145,383,354
	256,164,092	224,493,083

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanada do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (situação normal e sob supervisão respetivamente), são consideradas em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (situação abaixo do normal, duvidoso e perda, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as provisões para crédito concedido ascendem a 236.053 mSTN e mSTN 227.463, respetivamente, e dizem respeito a clientes classificados nas categorias “Regular e Irregular”. Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as provisões constituídas para clientes nas categorias "Irregular" ascendem a 219.408 mSTN e 209.120 mSTN, respectivamente, e encontram-se a abater o valor bruto de crédito no ativo na linha “Crédito sobre clientes”. As provisões constituídas para clientes na categoria “Regular” encontram-se refletidas na rubrica "Provisões diversas" (Notas 15 e 16) da Situação Líquida e ascendem a 16.645 mSTN e 18.343 mSTN, referente ao ano de 2020 e 2019, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, pode ser detalhada como segue:

2020

		Vencido				Provisões		
Classe	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	644,846,478	42,983,175	8,049,976	51,033,151	695,879,629	10,741,321	-	10,741,321
Sob supervisão	45,935,943	5,374,525	58,754	5,433,279	51,369,223	1,461,878	4,442,159	5,904,037
Total de Crédito Regular	690,782,421	48,357,700	8,108,730	56,466,430	747,248,852	12,203,199	4,442,159	16,645,358
Abaixo do normal	34,471,288	2,200,403	5,000	2,205,404	36,676,691	1,090,797	8,927,965	10,018,762
Crédito Duvidoso	17,904,821	10,157,878	93,039	10,250,917	28,155,738	4,860,108	13,197,410	18,057,518
Perda	10,150,641	16,134,861	317,357	16,452,218	26,602,859	9,564,942	17,037,918	26,602,859
Crédito em Contencioso	-	164,728,803	-	164,728,803	164,728,803	164,728,803	-	164,728,803
Total de crédito irregular	62,526,750	193,221,946	415,396	193,637,342	256,164,092	180,244,650	39,163,293	219,407,943
	753,309,172	241,579,646	8,524,127	250,103,773	1,003,412,944	192,447,849	43,605,452	236,053,301

2019

		Vencido				Provisões		
Classe	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	731,872,080	39,240,918	4,828,654	44,069,572	775,941,652	11,678,281	189,613	11,867,894
Sob supervisão	58,386,974	4,015,932	127,943	4,143,875	62,530,848	1,585,162	4,890,023	6,475,185
Total de Crédito Regular	790,259,054	43,256,850	4,956,597	48,213,447	838,472,501	13,263,443	5,079,636	18,343,080
Abaixo do normal	5,516,063	1,416,689	18,239	1,434,928	6,950,991	456,028	1,281,720	1,737,748
Crédito Duvidoso	23,325,110	6,355,934	94,450	6,450,384	29,775,495	2,601,782	17,014,074	19,615,855
Perda	8,156,789	33,812,455	413,999	34,226,454	42,383,243	28,255,151	14,128,091	42,383,243
Crédito em Contencioso	-	145,383,354	-	145,383,354	145,383,354	145,383,354	-	145,383,354
Total de crédito irregular	36,997,962	186,968,433	526,688	187,495,120	224,493,083	176,696,314	32,423,885	209,120,200
	827,257,016	230,225,282	5,483,285	235,708,568	1,062,965,584	189,959,758	37,503,522	227,463,280

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido (provisões económicas) nos montantes de STN 43,605,452, e STN 37,503,522, respetivamente. O crescimento das provisões económicas em 2020, conforme apresentado no mapa anterior, decorre da crescente situação de incerteza económica provocadas pela pandemia de COVID-19, e em resultado da qual estima-se dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados.

Com referência a 31 de dezembro de 2020 existem 22 operações de créditos com moratória que ascendem a STN 37,564,866, sendo 36,889,765 relativos a empresas (2 operações) e 675,101 relativos a particulares (20 operações).

No quadro seguinte apresenta-se o montante de exposições de crédito aos sectores que sofreram maior impacto com a pandemia de Covid-19:

Sectores que sofreram maior impacto com a pandemia de COVID-19

Empresas que operam no sector de Serviços (Ano de 2020)

		Vencido				Provisões		
Classe	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	47,289,339	-	-	-	47,289,339	825,210	-	825,210
Sob supervisão	1,242,978	-	-	-	1,242,978	24,860	99,438	124,298
Total de Crédito Regular	48,532,317	-	-	-	48,532,317	850,070	99,438	949,508
Abaixo do normal	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Duvidoso	-	920,630	-	920,630	920,630	411,105	49,210	460,315
Perda	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito em Contencioso	-	8,206,339	-	8,206,339	8,206,339	8,206,339	-	8,206,339
Total de crédito irregular	-	9,126,969	-	9,126,969	9,126,969	8,617,444	49,210	8,666,654
	48,532,317	9,126,969	-	9,126,969	57,659,286	9,467,514	148,648	9,616,162

Empresas que operam no sector de Turismo (Ano de 2020)

		Vencido				Provisões		
Classe	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	900,475	-	-	-	900,475	18,009	-	18,009
Sob supervisão	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Crédito Regular	900,475	-	-	-	900,475	18,009	-	18,009
Abaixo do normal	3,365,608	-	-	-	3,365,608	67,312	893,570	960,882
Crédito Duvidoso	4,346,160	-	-	-	4,346,160	4,346,160	-	4,346,160
Perda	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito em Contencioso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de crédito irregular	7,711,768	-	-	-	7,711,768	4,413,472	893,570	5,307,042
	8,612,243	-	-	-	8,612,243	4,431,481	893,570	5,325,051

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2020			2019		
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	964,496	-	964,496	1,234,948	-	1,234,948
Automóvel	469,928	-	469,928	374,534	203,241	577,775
Comércio	2,235,373	3,802,549	6,037,923	182,346	4,040,624	4,222,969
Construção	1,968,032	2,708,137	4,676,169	1,727,073	2,514,282	4,241,354
Consumo	371,368	1,107,712	1,479,080	1,201,947	948,964	2,150,911
Habitação	682,057	14,841,841	15,523,898	993,946	15,036,174	16,030,121
Importação	6,398,704	902,338	7,301,042	5,233,146	953,598	6,186,745
Investimento:	121,993,920	85,886,456	207,880,376	143,773,359	77,702,726	221,476,085
-Agricultura e Pecuária	*979,354*	*684,956*	*1,664,311*	*1,548,382*	*1,071,056*	*2,619,438*
-Comercio	*23,884,841*	*65,595,846*	*89,480,687*	*21,155,851*	*63,597,889*	*84,753,739*
-Construção	*46,102,297*	*2,766,917*	*48,869,214*	*56,020,673*	*307,870*	*56,328,542*
-Edução	*1,594,636*		*1,594,636*		*51,294*	*51,294*
-Serviços	*48,532,317*	*9,126,969*	*57,659,286*	*62,617,543*	*8,326,339*	*70,943,881*
-Turismo	*900,475*	*7,711,768*	*8,612,243*	*2,430,912*	*4,348,279*	*6,779,191*
Outros Tipos	22,421,043	43,696,814	66,117,857	37,756,982	43,644,516	81,401,498
Turismo	-	-	-	-	-	-
Organismo Central do Estado	154,108,993		154,108,993	185,391,414		185,391,414
	311,613,915	152,945,848	464,559,763	377,869,695	145,044,124	522,913,819
Particulares						
Agrícola	1,190,983	159,778	1,350,761	1,660,332	36,574	1,696,907
Automóvel	3,547,379	1,789,955	5,337,334	2,410,899	1,004,656	3,415,555
Comércio	638,950	7,788,256	8,427,206	1,455,588	7,582,548	9,038,136
Construção	168,570,509	27,634,131	196,204,640	213,499,004	12,690,239	226,189,243
Consumo	72,913,873	9,122,103	82,035,976	75,580,792	5,113,646	80,694,438
Educação	935,528	155,305	1,090,832	1,488,834		1,488,834
Exportação	-	-	-			-
Habitação	150,783,099	31,431,309	182,214,407	125,576,225	21,793,179	147,369,403
Importação	-	507,374	507,374		524,524	524,524
Investimento	35,515,802	17,546,607	53,062,409	36,126,106	18,610,917	54,737,023
Outros Tipos	1,144,004	7,083,428	8,227,431	1,604,708	12,025,016	13,629,724
Saúde	394,810	-	394,810	1,200,318	67,659	1,267,977
	435,634,937	103,218,244	538,853,181	460,602,806	79,448,958	540,051,764
	747,248,852	256,164,092	1,003,412,944	838,472,501	224,493,083	1,062,965,584

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o crédito em situação regular apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2020		2019	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Principe	12.49%	719,241,616	11.85%	800,313,228
Em Dólares dos Estados Unidos	6.88%	24,083,669	8.33%	6,071,804
Em Euros	7.52%	3,923,566	6.84%	32,087,469
		747,248,852		838,472,501

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2020	2019
	Total	Total
Até um ano	73,967,017	138,907,755
De um ano a cinco anos	506,855,393	389,227,099
Mais de cinco anos	311,192,617	364,201,007
Crédito com duração indeterminada	111,397,917	170,629,722
	1,003,412,944	1,062,965,584

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2020							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0010)	STN	165,048,544	3%	12/03/2021	165,048,544	-	4,951,456	170,000,000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0011)	STN	189,152,627	3%	07/10/2021	189,152,627	-	5,674,579	194,827,206
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0012)	STN	44,343,952	3%	29/06/2021	44,343,952		656,048	45,000,000
					398,545,123	-	11,282,083	409,827,206

2019							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juro	Data de vencimento	Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0008)	STN	276,564,068	3%	12/03/2020	276,564,068	-	8,319,653	284,883,721
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0009)	STN	291,262,136	3%	07/10/2020	291,262,136	-	8,737,864	300,000,000
					567,826,204	-	17,057,517	584,883,721

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os títulos estão registados pelo seu valor nominal. O valor do desconto encontra-se registado na conta referente a "Receitas com proveitos diferidos" e espelhados no passivo na "Contas de regularização" (Nota 14).

A 31 de dezembro o Banco apenas dispunha na sua carteira Bilhetes de Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe.

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	31/12/2019					Abates				31/12/2020		
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de serviço próprio	260,452,211	(67,805,182)	192,647,029	-	(7,771,117)	1,055,912	(234,061)	-	-	259,396,298	(75,342,238)	184,054,060
Mobiliário e material	49,946,001	(36,320,110)	13,625,891	-	(3,416,350)	11,035,096	(9,711,459)	-	-	38,910,905	(30,025,001)	8,885,904
Maquinas e ferramentas	36,978,956	(33,550,617)	3,428,339	8,511,015	(1,607,515)	11,688,670	(11,297,138)	-	-	33,801,302	(23,860,994)	9,940,307
Equip. Informatico-hardware	29,775,760	(22,389,271)	7,386,489	1,234,029	(3,067,966)	4,928,143	(4,607,726)	-	900,360	26,982,006	(20,849,511)	6,132,495
Instalações interiores	18,069,988	(11,220,814)	6,849,173	206,788	(1,223,124)	4,591,601	(3,547,859)	-	34,544	13,719,719	(8,896,080)	4,823,639
Material de Transporte	13,097,576	(12,726,759)	370,817	2,400,000	(418,734)	2,067,300	(2,067,300)	-	-	13,430,276	(11,078,193)	2,352,082
Equipamentos de Segurança	5,806,780	(3,417,532)	2,389,247	35,525	(380,998)	1,110,088	(896,588)	-	-	4,732,216	(2,901,943)	1,830,274
Outros Equipamentos	2,876,573	(1,516,213)	1,360,359	-	(241,848)	-	0	-	-	2,876,573	(1,758,061)	1,118,512
Património artistico	1,221,535	-	1,221,535	-	-	137,530	0	-	-	1,084,005	-	1,084,005
	418,225,379	**(188,946,498)**	**229,278,881**	**12,387,358**	**(18,127,653)**	**36,614,342**	**(32,362,130)**	**0**	**934,904**	**394,933,299**	**(174,712,021)**	**220,221,278**
Imobilizações incorpóreas												
Equip. Informatico-software	35,864,876	(29,120,267)	6,744,609	5,309,882	(3,678,892)	-	-	-	-	41,174,759	(32,799,160)	8,375,599
Outros	55,156	(55,156)	-	-	-	-	-	-	-	55,156	(55,156)	-
	35,920,033	**(29,175,424)**	**6,744,609**	**5,309,882**	**(3,678,892)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**41,229,915**	**(32,854,316)**	**8,375,599**
Imobilizações em curso												
Imobilizações incorpóreas	551,496	-	551,496	315,131	-	-	-	-	-	866,627	-	866,627
Imóveis de serviço próprio	199,396	-	199,396	1,292,025	-	-	-	-	-	1,491,421	-	1,491,421
Imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliario e material	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	40,885	-	40,885	-					(40,885)	-	-	-
Equipamento informático	859,475	-	859,475	184,145	-	-	-	-	(859,475)	184,145	-	184,145
Instalações interiores	57,432	-	57,432	720,343					(34,544)	743,231	-	743,231
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1,708,685	**-**	**1,708,685**	**2,511,644**	-	**-**	**-**	**-**	**(934,904)**	**3,285,425**	**-**	**3,285,425**
Imobilizações financeiras												
SPAUT	2,940,000	(2,940,000)	-	-	-	-	-	2,940,000	-	2,940,000	(2,940,000)	-
	2,940,000	**(2,940,000)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2,940,000**	**-**	**2,940,000**	**(2,940,000)**	**-**
	458,794,096	**(221,061,922)**	**237,732,174**	**20,208,884**	**(21,806,546)**	**36,614,342**	**(32,362,130)**	**2,940,000**	**-**	**442,388,639**	**(210,506,337)**	**231,882,302**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Imobilizações Financeiras – SPAUT", refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 36,750,000.

No decorrer do exercício de 2017 o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2020 a SPAUT tenha iniciado um processo de restruturação do seu modelo de negócio, visando uma melhoria substancial na qualidade de serviço e inclusão de novos serviços de pagamento na rede Dobra24, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

Em 31 de dezembro de 2020, na sequência do inventário realizado, foi realizado abates no ativo que já não estavam em condições de continuarem a serem utilizados, cujo valor ascendeu a STN 34,567,718.56.

No tocante às aquisições ocorridas em 2020, destaque para a rubrica "Maquinas e ferramentas", "Material de Transporte" nas imobilizações corpóreas e "Equip. Informático-software" nas imobilizações em incorpóreas, que conheceram maior variação decorrente da aquisição de novas máquinas ATM, POS, de programas informáticos no âmbito do projeto de reestruturação da rede Dobra24, e a renovação parcial da frota de veículos do Banco.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	35,066,287	30,925,482
Adiantamentos - Cash advance	227,826	768,921
Western Union	997,475	1,094,825
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	6,765,696	-
Imposto sobre rendimento (IRS) a receber	997,475	
Outros	2,578,852	7,216,502
	46,633,610	40,005,730
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15)	(10,005,932)	(6,350,000)
	36,627,678	33,655,730

Em 31 de Dezembro de 2020 registou-se um total de STN 6.765.696 de imposto sobre rendimento a receber, decorrente de um volume de resultados, neste ano, muito inferior ao resultado de 2019. Assim, os pagamentos trimestrais adiantados do imposto sobre rendimento ao longo de 2020 superaram em STN 6.765.696 o IRC calculado com base no resultado apurado no exercício económico de 2020.

A importante variação na linha "Outros" decorre essencialmente do recebimento por parte do Estado da indeminização paga aos administradores cessantes, exonerados pelo acionista Estado.

Os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito têm uma maior relevância ao nível dos "Outros Ativos". No exercício de 2020 o Banco recebeu um imóvel em dação por recuperação de crédito que representa um ativo bruto no montante de STN 4.140.805, levando ao aumento desses ativos no balanço do Banco. Com base nos dados históricos do Banco estimou-se um tempo médio de venda dos imóveis em carteira em torno de 3 anos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

		Movimento em 2020				
Ano de Aquisição	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Transferências	Alienações	Reavaliação Cambial	Saldo em 31/12/2020
Anterior a 2012	241,693	-	-	-	-	241,693
2012	2,211,563	-	-	-	-	2,211,563
2013	2,240,398	-	-	-	-	2,240,398
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980,000	-	-	-	-	980,000
2016	4,777,500	-	-	-	-	4,777,500
2017	1,436,328	-	-	-	-	1,436,328
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19,038,000	-	-	-	-	19,038,000
2020	-	4,140,805	-	-	-	4,140,805
Total	**30,925,482**	**4,140,805**	**-**	**-**	**-**	**35,066,287**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

	2020			2019		
Ano de Aquisição	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	241,693	241,693	-	241,693	241,693	-
2012	2,211,563	2,211,563	-	2,211,563	1,935,118	276,445
2013	2,240,398	1,960,349	280,049	2,240,398	1,680,299	560,099
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980,000	612,500	367,500	980,000	490,000	490,000
2016	4,777,500	2,388,750	2,388,750	4,777,500	1,791,563	2,985,938
2017	1,436,328	211,328	1,225,000	1,436,328	211,328	1,225,000
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19,038,000	2,379,750	16,658,250	19,038,000	-	19,038,000
2020	4,140,805	-	4,140,805	-	-	-
Total	**35,066,287**	**10,005,932**	**25,060,355**	**30,925,482**	**6,350,000**	**24,575,482**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco tem registadas provisões no montante de STN 10,005,932 e STN 6,350,000, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas com base nos distintos métodos definidos na Nota 2.2 d).

A carteira dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito registou uma nova entrada em 2020 de STN 4.140.805.

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Proveitos a receber:		
Outras comissões	1,058,902	561,000
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1,035,321	1,003,153
Seguros	825,930	701,073
Rendas	85,015	165,015
Outras despesas	118,897	154,705
	2,065,163	2,023,946
Outras contas de regularizaçao do ativo		
Outros	2,336,322	646,152
	5,460,387	3,231,098

A rubrica “Despesas com custos diferido” inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

O maior crescimento de “Outras contas de regularização do ativo”, tendo atingido em 2020 o montante de STN 2.336.322 contra 646.152 em 2019, deve-se principalmente aos custos notariais e de imposto assumidos pelo banco, no âmbito de um processo de recebimento de um imóvel em dação de pagamento de crédito, mas que, posteriormente, serão reembolsados pelo cliente.

11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	931,315,636	708,983,861
Particulares	442,329,489	420,722,417
Organismos estatais e empresas públicas	278,680,755	262,689,158
	1,652,325,880	1,392,395,435
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	252,301,726	239,326,835
Particulares	227,928,853	229,750,621
Organismos estatais e empresas públicas	50,298,604	57,114,129
	530,529,183	526,191,585
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	14,384,407	-
Total de depósitos à ordem (1)	2,197,239,470	1,918,587,020
Depósitos a prazo :		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	156,472,985	165,941,716
Organismos autónomos e empresas privadas	5,158,136	31,488,754
Organismos estatais e empresas públicas	-	-
	161,631,121	197,430,470
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	170,541	65,929
Particulares	36,319,813	85,733,458
	36,490,353	85,799,387
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autónomos e empresas privadas	1,110,975	-
	1,110,975	-
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	2,194,794	1,821,191
Total de depósitos a prazo (2)	201,427,244	285,051,048
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	2,398,666,713	2,203,638,068

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2020		2019	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	3.53%	162,875,046	3.17%	199,066,195
Em Dólares dos Estados Unidos	0.03%	24,902,255	0.70%	67,429,011
Em Euros	0.01%	11,949,733	0.09%	17,448,313
Em Libras Esterlinas	0.00%	900,210	0.36%	1,107,529
		200,627,244		285,051,048

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2020			2019		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	20,776,507	881,665	21,658,172	45,373,642	776,912	46,150,554
De três a seis meses	31,871,507	445,797	32,317,304	32,575,809	380,378	32,956,187
Mais de seis meses	145,784,435	867,333	146,651,768	205,280,406	663,901	205,944,308
	198,432,449	2,194,795	200,627,244	283,229,857	1,821,191	285,051,048

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Moeda nacional	10,627,474	11,995,025
Moeda estrangeira	739,566	587,538
	11,367,040	12,582,563

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo das rubricas "Moeda nacional" e "Moeda estrangeira" correspondem, respetivamente a valores de cheques visados e valores depositados na conta à ordem no estrangeiro cujo depositantes e beneficiários são incógnitos.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Credores:		
Caução para operações de crédito	7,353,409	4,462,031
Caução por abertura de créditos documentários	2,179,450	48,294,492
Fornecedores	3,158,811	553,560
Outros credores	28,014,653	39,558,311
Imposto de selo sobre operações bancárias	1,054,740	694,183
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	194,601	191,936
Imposto sobre o consumo	605,219	503,521
Outros impostos e tributos	624,870	493,232
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1,254,254	815,466
	44,440,005	95,566,733

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de outros credores é constituído essencialmente por dividendos a serem pagos à Caixa Geral de Depósitos. A redução dessa rubrica em 2020 decorre essencialmente dos recebimentos dos dividendos por parte do acionista Banco Angolano de Investimentos.

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Custos a pagar:		
Férias e subsídio de férias	9,867,649	9,103,899
Prémio de produtividade	8,021,264	8,853,277
Prémio de antiguidade	3,636,910	3,165,906
Outros custos a pagar	7,508,728	5,881,928
	29,034,551	27,005,009
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimo e créditos em conta corrente	21,772,465	19,513,422
Obrigações e outros títulos	5,939,552	8,316,941
Garantias e avales prestados	763,282	3,056,637
Outras receitas	49,092	39,645
	28,524,390	30,926,645
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	6,577,864	3,742,508
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	-	4,137,593
	64,136,805	65,811,755

O prémio de produtividade referentes aos exercícios de 2020 e 2019, eleva-se a STN 8,021,264 e STN 8,853,277, respetivamente.

A rúbrica de outros custos a pagar refere-se a faturas de fornecedores e gastos gerais, recebidas no final do respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente" refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo da rubrica "Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos" refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020						
	Saldo em 31/12/2019	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020
A deduzir ao ativo							
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	209,120,200	13,664,147	385,820	-	(1,596,716)	(1,393,868)	219,407,943
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2,940,000	-	-	-	-	-	2,940,000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	6,350,000	3,709,774	-	-	(53,843)	-	10,005,932
	218,410,200	17,373,921	385,820	-	(1,650,559)	(1,393,868)	232,353,875
Reconhecida na situação líquida							
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	18,343,078	(3,088,023)	-	-	(3,565)	1,393,868	16,645,357
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	1,275,285	(468,118)	-	-	(71,465)	-	735,702
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2,895,163	(382,748)	-	-	56,327	-	2,568,742
Outras provisões (Nota 16)	1,410,787	-	-	-	-	-	1,410,787
	23,924,315	(3,938,890)	-	-	(18,704)	1,393,868	21,360,589
	242,334,515	13,435,031	385,820	-	(1,669,263)	-	253,714,463

	2019					
	Saldo em 31/12/2018	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2019
A deduzir ao ativo						
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	216,462,818	(5,404,442)	2,368,805	-	430,628	209,120,200
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2,940,000	-	-	-		2,940,000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	1,183,293	5,166,707	-	-		6,350,000
	220,586,112	(237,734)	2,368,805	-		218,410,200
Reconhecida na situação líquida						
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	14,148,939	4,190,303	-	-	3,836	18,343,078
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	1,101,232	164,112	-	-	9,941	1,275,285
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	3,037,185	(145,825)	-	-	3,804	2,895,163
Outras provisões (Nota 16)	217,783	1,193,004	-	-	-	1,410,787
	18,505,139	5,401,595	-	-	17,581	23,924,315
	239,091,250	5,163,861	2,368,805	-	17,581	242,334,515

As provisões outros ativos apresentavam em 31 de dezembro de 2020 um saldo de 2.568.742, correspondente às provisões constituídas resultante de fraudes internas.

16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

		Reservas								
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total	Provisões diversas	Resultado liquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercicios anteriores	Total
Saldos em 31-12-2018	166.600.000	32.389.496	892.214	31.139.164	88.194.956	152.615.831	18.505.139	59.304.358	933.877	397.959.205
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	5.930.436	-	-	17.791.307	23.721.743	-	(23.721.743)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(35.582.615)	-	(35.582.615)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.325.287	-	62.325.287
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	5.419.176	-	-	5.419.176
								-		
Saldos em 31-12-2019	166.600.000	38.319.932	892.214	31.139.164	105.986.264	176.337.574	23.924.315	62.325.287	933.877	430.121.053
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.232.529	-	-	18.697.586	24.930.115	-	(24.930.115)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.395.172)	-	(37.395.172)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.610.772	-	35.610.772
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(2.563.726)	-	-	(2.563.726)
								-		
Saldos em 31-12-2020	166.600.000	44.552.461	892.214	31.139.164	124.683.850	201.267.689	21.360.589	35.610.772	933.877	425.772.927

Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de STN 16,600,000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150,000,000 em 31 de

dezembro de 2016 para 166,600,000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1,000.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	2020	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Principe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	166,600,000	100%

	2019	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Principe	79,968,000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44,982,000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41,650,000	25%
	166,600,000	100%

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de STN 892,214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do

impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1,904,626. No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16,600,000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco.

Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

Provisões diversas

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15 e Nota 18) e Nota 15), provisões para outros ativos (Nota 2.2 d), Nota 9 e Nota 15) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

	2020	2019
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	58,737,153	77,386,893
Banco Angola de Investimentos- Angola	3,591,127	2,589,072
	62,328,280	79,975,965
Créditos e Outros sobre instituições de crédito		
Grupo Caixa Geral de Depósitos (Nota 5)	63,866,702	137,095,125
Banco Angola de Investimentos- Angola (Nota 5)	-	21,922,481
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	154,108,993	185,391,414
	217,975,694	344,409,020
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	-	-
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe	409,827,206	584,883,721
	409,827,206	584,883,721
Outros Ativos (Nota 9)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	227,826	768,921
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	-
	227,826	768,921
Recursos de Clientes (Nota 11)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	-	-
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe	89,003,781	74,393,267
	89,003,781	74,393,267
Outros Passivos (Nota 13)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	27,952,427	27,731,722
Banco Angola de Investimentos- Angola	-	11,826,433
Estado de S. Tomé e Príncipe		
	27,952,427	39,558,155
Margem Financeira (Nota 20)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	1,639,669	3,633,300
Banco Angola de Investimentos- Angola	86,852	634,146
Estado de S. Tomé e Príncipe	16,706,527	15,541,368
	18,433,047	19,808,814

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	29,443,531	83,858,031
Créditos documentários abertos	17,067,487	8,953,956
	46,511,018	92,811,987
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	1,606,261	4,809,027
Depósitos e guarda de valores	1,080,000	1,080,000
	2,686,261	5,889,027
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reias	1,398,654,807	1,532,507,444
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	411,613	525,371
Contas diversas	22,630,045	23,983,017
	23,041,658	24,508,388

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões para garantias e avales prestados apresenta m os seguintes valores:

	2020	2019
Provisões para garantias e avales prestados (Nota 15)	735,702	1,275,285

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2019 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2020	2019
Resultado antes de imposto	48,800,751	84,384,181
Ajustamentos:	-	
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alinea d))	-	-
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alinea c))	763,756	14,509
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	1,261,272	1,493,040
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alinea c))	391,997	452,862
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	-	241,725
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))	-	
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alinea e))	610,281	463,245
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	511,515	491,927
Combustível viaturas (Art. 30º , 2)	396,627	653,540
Despesas de representação (Art. 31º, 3)	23,722	40,548
Materia coletável	**52,759,921**	**88,235,576**
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	13,189,980	22,058,894
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores	-	-
Imposto corrente do exercício (1)	13,189,980	22,058,894
Pagamentos por conta (2)	16,544,171	16,227,786
Retenções na fonte (3)	3,411,503	1,693,515
Imposto a pagar (4) = (1) - (2) - (3)	(6,765,694)	**4,137,593**
	(Nota 9)	(Nota 14)

Nos exercícios de 2020 e 2019, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de STN 997,174 e STN 1,283,985, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2016 a 2020. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O montante de retenções na fonte inclui uma taxa de 20% aplicada aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	95,834,392	113,420,279
De obrigações e outros títulos	13,659,472	12,743,716
Comissões associadas a operações de crédito	7,950,298	9,354,434
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	4,465,796	7,574,859
Outros	-	-
	121,909,957	143,093,288
Juros e custos equiparados:		
De depósitos de clientes	6,395,337	7,347,394
Outros	27,349	7,746
	6,422,686	7,355,140

As medidas extraordinárias tomadas pelas autoridades através da NAP 07/2020, e mais especificamente no que tange à concessão de moratória sem capitalização de juros e a redução em 50% das comissões inerentes às operações de crédito, impactaram negativamente a margem financeira e, estima-se que as mesmas contribuíram para que o banco regista-se uma perda de juros e comissões de crédito em torno de STN 12.076.655.

CRÉDITO COM MORATÓRIA AO ABRIGO DA NAP 07/2020

Crédito em moratória	Montante em STN	Nº de operações	Juros suspensos até setembro 2020	Juros suspensos até dez. 2020 (estimativa)
Particulares	105.706.217	1.709	7.374.734	8.752.690
Empresas	42.966.766	19	1.648.410	1.957.547
Total	**148.672.984**	**1.728**	**9.023.144**	**10.710.237**
Estimativa Proveitos sobre novos créditos abertos de maio a setembro (comissão de estudo e abertura com redução em 50%).			1.366.418	1.366.418
Total de impacto juros e proveitos de crédito			**10.389.562**	**12.076.655**

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	37,942,486	32,783,515
Comissões de garantias e avales	3,465,647	5,054,396
Comissões de créditos documentários à importação	4,055,340	3,195,672
Comissão de intervenção	3,451,781	3,811,035
Comissão de risco	182,038	205,739
Outras comissões	50,187,069	44,137,701
	99,284,360	89,188,057
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	4,319,590	3,878,167
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	7,835,126	2,286,176
Taxas de serviço	1,975,136	1,928,353
Outras comissões	2,118,620	1,208,284
Por compromissos assumidos por terceiros	193,155	204,396
	16,441,626	9,505,375

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, a comissões de manutenção de contas de depósitos à ordem e a comissões de transferências de valores.

A rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissão de risco” diz respeito às comissões cobradas nas operações de adiantamento de cash-advance.

Dentre as medidas extraordinárias tomadas pelas autoridades através da NAP 07/2020 destaca-se, também, a redução do preço de emissão de cheques ao custo de compra, isto é, os bancos, ao abrigo desta norma, foram obrigados a anular a sua margem sobre a venda de cheques. Esta medida resultou na perda de comissões estimada em STN de 2.112.420.

COMISSÃO SOBRE EMISSÃO DE CHEQUES				
Montante total de comissão	Efeito NAP 07/2020	Estimado sem aplicação da NAP 07/2020	Perda Estimada	Variação
	1.484.440	3.596.860	7.374.734	-59%

22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020			2019		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(6,102,001)	5,571,450	(530,551)	(38,119,616)	21,718,002	(16,401,614)
Resultados em divisas	(2,170,150,166)	2,177,262,754	7,112,588	(1,207,819,417)	1,236,081,452	28,262,036
	(2,176,252,166)	**2,182,834,204**	**6,582,038**	**(1,245,939,033)**	**1,257,799,454**	**11,860,421**

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	9,637,537	13,581,254
Outros	1,334,643	3,641,080
Reembolso de despesas bancárias	3,106,915	2,889,320
Recuperação de créditos incobráveis	991,591	1,347,874
Mais valias na venda de imobilizado	703,190	42,875
	15,773,876	21,502,404
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	(1,798,750)	(1,552,174)
Impostos e taxas	(1,173,043)	(1,478,999)
Outros	(4,658,981)	(565,655)
	(7,630,773)	(3,596,828)
	8,143,103	17,905,576

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de prestação de serviços bancários diversos inclui essencialmente proveitos com a venda de cheques no montante de STN 6,147,794, e STN 8,535,489, respetivamente.

A rubrica de Outros custos de exploração inclui no exercício de 2020 o valor de STN 4.267.982 relativo a abates no inventário do imobilizado.

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Remuneração dos orgãos de gestão e fiscalização	11,154,022	7,749,269
Remuneração dos empregados	63,032,571	59,565,198
Prémio de produtividade	3,557,082	6,647,204
Encargos sociais obrigatórios	3,350,258	2,978,869
Encargos sociais facultativos	551,392	394,953
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 i))	471,004	492,369
Outros	410,884	1,049,285
	82,527,213	78,877,147

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco tinha ao seu serviço 148 e 149 empregados efetivos, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Custos com Pessoal - Outros" inclui STN 314,054 e STN 718,402 referentes à gastos com voucher em 2020 e festa de confraternização dos empregados organizada durante o exercício de 2019.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rúbrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Água, energia e combustível	8,036,888	8,214,720
Comunicações	6,717,873	6,280,965
Conservação e reparação	3,783,849	5,546,355
Impressos e material de consumo corrente	3,397,999	4,966,143
Serviços de informática	5,459,275	4,724,033
Rendas e alugueres	4,023,761	4,037,129
Segurança e vigilância	2,933,982	2,792,761
Estudos e consultas	2,588,032	2,643,944
Viagens e representação	1,088,791	1,750,959
Publicidade	1,390,954	1,617,010
Outros	7,064,201	9,020,021
	46,485,605	51,594,040

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2020					
	Moeda	Moeda estrangeira				
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	933,103,625	86,467,631	13,995,382	9,357,606	109,820,618	1,042,924,243
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	33,153,265	40,477,071	34,037,073	4,152,666	78,666,810	111,820,075
Outros créditos sobre instituições de crédito	55,530,885	-	261,145,783	-	261,145,783	316,676,668
Créditos sobre clientes	755,902,933	28,140,798	5,121,109	91	33,261,998	789,164,931
Obrigações e outros títulos	409,827,206	-	-	-	-	409,827,206
Imobilizações corpóreas	220,221,278	-	-	-	-	220,221,278
Imobilizações incorpóreas	8,375,599	-	-	-	-	8,375,599
Imobilizações em curso	3,285,425	-	-	-	-	3,285,425
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	31,291,214	4,338,990	997,475	-	5,336,465	36,627,678
Contas de regularização	3,769,433	1,687,294	2,463	1,196	1,690,953	5,460,387
Total do Ativo	**2,454,460,862**	**161,111,783**	**315,299,286**	**13,511,558**	**489,922,628**	**2,944,383,490**
Depósitos:						
À vista	1,652,325,880	309,857,500	231,563,975	3,492,116	544,913,590	2,197,239,470
A prazo ou com pré-aviso	163,675,046	11,950,365	24,900,796	901,037	37,752,197	201,427,244
Recurso de outras entidades	10,779,502	587,539	- 1	-	587,538	11,367,040
Outros passivos	8,749,538	35,202,680	487,787	-	35,690,467	44,440,005
Contas de regularização	57,443,966	6,399,779	293,658	- 598	6,692,839	64,136,805
Total do Passivo	**1,892,973,932**	**363,997,862**	**257,246,214**	**4,392,555**	**625,636,631**	**2,518,610,563**
Ativo/(Passivo) líquido	**561,486,930**	**(202,886,079)**	**58,053,072**	**9,119,004**	**(135,714,003)**	**425,772,927**

Continua na página seguinte...

	2019					
	Moeda nacional	Moeda estrangeira				Total
		EUR	USD	Outras	Total ME	
Caixa e disponibilidades no Banco Central	550,779,240	80,573,488	20,546,690	6,529,710	107,649,889	658,429,128
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1,386,321	64,169,838	52,766,337	16,018,946	132,955,121	134,341,442
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	297,474,102	-	297,474,102	297,474,102
Créditos sobre clientes	813,931,739	37,314,807	6,726,230	0	44,041,037	857,972,776
Obrigações e outros títulos	584,883,721	-	-	-	-	584,883,721
Imobilizações corpóreas	229,278,881	-	-	-	-	229,278,881
Imobilizações incorpóreas	6,744,609	-	-	-	-	6,744,609
Imobilizações em curso	1,708,685	-	-	-	-	1,708,685
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	22,458,054	9,944,605	1,253,071	-	11,197,676	33,655,730
Contas de regularização	1,732,995	1,474,678	23,425	-	1,498,103	3,231,098
Total do Ativo	**2,212,904,244**	**193,477,417**	**378,789,855**	**22,548,656**	**594,815,928**	**2,807,720,172**
Depósitos:						
À vista	1,392,395,435	316,670,911	206,793,197	2,727,477	526,191,585	1,918,587,020
A prazo ou com pré-aviso	199,251,661	17,218,676	67,435,228	1,110,979	85,764,883	285,016,544
Recurso de outras entidades	12,029,530	587,539	- 1	-	587,538	12,617,067
Outros passivos	44,374,705	30,724,232	20,467,796	-	51,192,028	95,566,733
Contas de regularização	59,959,908	5,400,224	451,623	-	5,851,847	65,811,755
Total do Passivo	**1,708,011,239**	**370,601,582**	**295,147,842**	**3,838,456**	**669,587,880**	**2,377,599,119**
Ativo/(Passivo) líquido	**504,893,005**	**(177,124,165)**	**83,642,013**	**18,710,200**	**(74,771,952)**	**430,121,053**

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ainda nos primeiros meses do ano 2021, verifica-se um aumento de novos casos de Covid-19. Perante este cenário o Estado retomou algumas medidas que visam a redução de números de pessoas em circulação, como por exemplo a redução do horário de trabalho para os serviços públicos e encerramento mais cedo das lojas e dos supermercados. O Estado também decretou a prorrogação de moratória por mais três meses para os setores mais afetados pela Covid-19, com destaque para o setor de turismo. Assim, esta moratória difere-se um pouco da primeira situação, na medida em que a primeira era extensiva a todos, desde que tivessem uma variação negativa, mesmo embora marginal, do seu rendimento num determinado momento.

Assim, espera-se que a atividade do banco continue sobre muita pressão do lado das receitas em 2021. Por isso, as nossas estruturas foram sensibilizadas para adotarem planos de atuação visando a prospeção de mais fontes de receitas, mas, a risco adequado, e a redução de custos operacionais.

Com o aumento de novos casos de pandemia, o Banco, de acordo com o seu Plano de Contingência, decidiu, em finais do mês de fevereiro deste ano, reduzir o número de efetivos no interior das suas instalações. Visando garantir a continuidade do negócio, a prioridade do banco estará centrada na proteção dos seus colaboradores e clientes, disponibilizando todos os recursos necessários para que as equipas que estejam a trabalhar no interior das instalações ou em teletrabalho continuem dando o seu contributo num ambiente de total segurança.

É difícil estimar nesta conjuntura o revés que essa nova vaga de pandemia poderá causar na economia e na nossa atividade. À imagem de 2020, iremos acompanhar a evolução da pandemia e ajustando o nosso Plano de Contingência em função das necessidades.

15

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Abacaxi-Roxo

15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. R. L. (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, relativos ao exercício de 2020, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da sociedade, o Conselho Fiscal procedeu, em 2020, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da empresa, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP com reforço das suas áreas de controlo, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas, nomeadamente a Comissão de Riscos e a Comissão da Auditoria e Controlo Interno;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente as relacionadas com as demonstrações financeiras e a evolução da atividade da sociedade. O Conselho Fiscal esteve presente em quatro Conselhos de Administração do BISTP;
- reuniu, em reuniões trimestrais com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo:
  i) de realçar o acompanhamento das recomendações e das resoluções das deficiências apresentadas no relatório de Controlo Interno entregue no Banco Central.
  ii) em relação à gestão do principal risco, o de crédito, de assinalar as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento num ambiente de acrescida incerteza face à pandemia em geral e à legislação sobre as moratórias em particular. Este assunto deverá manter-se sob monitorização em 2021 tendo presente que as moratórias foram prorrogadas por mais tempo e a situação pandémica/vacinação vai continuar.
- reuniu, com os representantes dos Auditores Externos, inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Externo, as provisões para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

- o Balanço a 31 de Dezembro de 2020 e as Demonstrações de Resultados relativas ao exercício de 2020.
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2020
- o Relatório do Auditor Independente, que merece o nosso acordo.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 5 de Abril de 2021

O CONSELHO FISCAL

Presidente – João Sales Luís

Vogal –João Fonseca